



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

ATA DA 40ª
(QUADRAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,

EM 15 DE JUNHO DE 2007

39

60

99 *laudas*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	1

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Chico Leite a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Esta Presidência acata a solicitação de **V.Exa.** e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 34ª Sessão Ordinária;
- Ata da 38ª Sessão Ordinária;
- Ata da 2ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 3ª Sessão Extraordinária;
- **Ata** da 5ª Sessão Extraordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	2

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no DCL nº 96, de 24/05/2007, juntamente com a ata sucinta da 40ª Sessão Ordinária.)

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado **Reguffe**.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna é o grave problema no sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal. Não estou preocupado com os donos de vans nem com as empresas de ônibus. Estou preocupado com o usuário do transporte coletivo do Distrito Federal, que paga uma passagem caríssima e recebe um serviço de péssima qualidade.

Quero aqui aplaudir e parabenizar o Governo Arruda por enfrentar com coragem a questão das vans. O Governador, na minha opinião, está sendo corajoso. Sou oposição – e vou continuar sendo oposição - a este **Governo**, mas tenho **absoluta** consciência da minha responsabilidade e da minha obrigação de reconhecer isso.

As vans ou os microônibus poderiam complementar o sistema de transporte público oficial, nunca concorrer com ele. A concorrência eleva o



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	3

preço da passagem de ônibus convencional, pois as vans pegam passageiros que utilizariam o transporte público oficial. Isso é prejudicial.

Primeiro, torna-se mais difícil gerar **emprego**, pois há um aumento do encargo sobre o **vale-transporte**.

Segundo, cria-se uma verdadeira guerra civil nas ruas do Distrito Federal. Há brigas por passageiros entre vans e empresas de ônibus. Na última semana, uma pessoa perdeu a vida em uma briga por passageiros em Santa Maria. Um cobrador assassinou um motorista de van.

Precisamos integrar o sistema de transporte público.

Em Santiago do **Chile**, tempos atrás, **kombis**, vans e microônibus andavam sem nenhuma regulamentação por parte do Poder Público. Isso destruiu o sistema de transporte coletivo daquela cidade e **fez** com que vans e kombis procedessem a seu bel-prazer. Essa falta de regulamentação fez com que o sistema de transporte oficial fosse **destruído**. Um belo dia, os motoristas das kombis decidiram que não trabalhariam no domingo, pois estavam tendo prejuízo. Assim, aos domingos, não havia transporte coletivo em Santiago do Chile. Foi necessário o Poder Público intervir.

Hoje, no Rio de Janeiro, onde o Poder Público fecha os olhos, não participa dessas questões de transporte, as vans estão dominadas pelo crime organizado. Creio que, no Distrito Federal, isso ainda não ocorre e não quero pensar que possa vir a acontecer algum dia.

As permissões para as vans foram feitas sem licitação. Portanto, elogio o Governo do Distrito Federal por defender o cadastramento - até para que se saiba quem realmente está querendo trabalhar, para que não se tire o trabalho dessas pessoas. O que não podemos é generalizar. Não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	4

quero alguém que seja gigolô de permissões de vans, quero alguém que queira trabalhar.

O problema vai além das vans. Ele ocorre, também, com os donos das empresas de ônibus. Há um cartel dessas empresas no Distrito Federal que precisa ser enfrentado com coragem.

Por que, para o recolhimento dos 3,86 ou 3,54 ao DFTRANS, são as próprias empresas de ônibus que dizem quantos passageiros usaram o transporte público no Distrito Federal? Por que não é o Governo? Quem me garante que o interesse público está sendo preservado? Quem me garante que os donos de empresas de ônibus não estão ganhando por fora? Será que isso é **correto**, enquanto o **trabalhador** utiliza um transporte público de péssima qualidade e caro?

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO REGUFFE - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Deputado, concordo com o discurso de V.Exa. e acrescento que o Governo pode ter tido a coragem de enfrentar a questão das vans - que hoje é um caos no **Distrito** Federal -, mas, antes disso, **ele** deveria ter feito um planejamento no transporte público do Distrito Federal, para não deixar a **sociedade**, a comunidade, refém como está hoje.

Nós vemos o Governo chamando algumas vans para entrarem em condomínios, na tentativa de impedir que a população fique à mercê da **situação** em que se encontra. E aí, da mesma maneira que teve a coragem de enfrentar as **vans**, o Deputado Federal, hoje Secretário de Transporte,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	5

Alberto Fraga, deveria enfrentar os donos de empresa - como V.Exa, bem disse, há um cartel.

A VIPLAN, por exemplo, não comprou os ônibus que o Governo solicitou que fossem comprados, não tem também concessão para trabalhar - mesmo assim, continua atendendo as cidades do Distrito Federal – e não colocou nenhum ônibus no Gama.

Ou seja, o Governo não teve a mesma coragem para enfrentar os donos de empresa, já que não possuem também a concessão.

Então, a mesma **autonomia**, a mesma coragem que o Secretário de Transporte teve para retirar as vans deveria ter para tirar os donos de empresa e fazer algo transparente e cristalino para todo o Distrito Federal.

DEPUTADO REGUFFE - Deputado Cabo Patrício, agradeço a V.Exa. o aparte muito procedente.

Quero dizer apenas que o transporte público do Distrito Federal é uma concessão do Poder Público, e concessão pode ser revogada. Claro que não será revogada da noite para o dia. Deve-se conceder um prazo para que essa situação melhore; caso contrário, a concessão da empresa de ônibus deve ser **cassada**. Governo que tem autoridade, que sabe exercer a sua autoridade, tem de cassar empresa de ônibus.

O art. 336 da Lei Orgânica dispõe que compete ao Distrito Federal planejar o transporte público, mas sempre mediante licitação.

Já ouvi dizerem que existem pessoas do Governo passado que são donos e possuem várias permissões de vans. Não sei se isso é verdade. Não posso ser leviano, injusto e irresponsável. Não sei se isso é verdade! Agora, eu queria saber. Talvez a forma de saber isso seja por meio de um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	6

recadastramento, que mostrará quem realmente está trabalhando. Assim, poderemos exigir que a pessoa que esteja dirigindo dirija durante um tempo. O projeto do Governo é de 50% do tempo. Pelo menos, a pessoa que tem a permissão estará dirigindo e não estará explorando ninguém.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO - Permite-me V.Exa, um aparte?

DEPUTADO REGUFFE - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) - Deputado **Reguffe**, eu gostaria de registrar que tivemos na Casa uma reunião com o Secretário Fraga a respeito de um novo projeto que **eles** estão encaminhando relacionado ao novo sistema de transporte de Brasília. Esses 3.86% serão **completamente** iniciados pelo Poder Executivo, que irá retirar da mão de empresários, o que é muito bom para o Estado, porque não há como mensurar. Isso já foi detectado e está sendo mudado.

Esclareço ao Deputado Cabo Patrício que a VIPLAN não entregou os ônibus e, automaticamente, os contratos já estão licitados; a licitação já foi publicada no *Diário Oficial*.

DEPUTADO REGUFFE - Agradeço a V.Exa. o aparte.

Para encerrar, baseado no **art. 72** do Regimento Interno desta Casa, devido ao transporte público ser de relevante interesse para a ordem social do Distrito **Federal**, vou recolher assinaturas - não sei se as conseguirei, porque existe a exigência de oito assinaturas - para instauração nesta Casa da Comissão **Parlamentar** de Inquérito do **Transporte** Coletivo do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	7

Distrito Federal, que deverá apresentar **proposição**, investigar e encaminhar o que existe de errado ao Ministério Público. E assim farei aqui.

Espero conseguir as **assinaturas**, pois considero que este é um grave problema no Distrito Federal. O trabalhador que usa o transporte coletivo não está satisfeito com esse serviço. Esta Casa tem de ter compromisso com esse trabalhador e investigar isso. **Então**, vou recolher assinaturas para a constituição da CPI.

Mais uma **vez**, **parabenizo** a coragem do Governo de enfrentar esse tema e reafirmo a minha posição de oposição a este Governo e de **fiscalização**, com rigor, das ações do Poder Público. Contudo, tenho consciência da minha responsabilidade e da minha obrigação de reconhecer quando há algo sendo feito de positivo.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. **Presidente**, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, esta é a Semana de Integração e de **Valorização** das Pessoas com Deficiência, promovida nesta Casa especialmente pela Deputada Erika Kokay, que, em função de um problema, não teve tempo de chegar.

Um grupo de estudantes veio a esta Câmara para fazer uma visita. São crianças com deficiência que, na consagração desta Semana de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	8

Integração e de Valorização, têm a oportunidade de conhecer o Parlamento, os Parlamentares e de ver como aqui se trabalha.

Elas já estão na Casa, se V.Exa. permitisse que elas entrassem...

PRESIDENTE (DEPUTADO WILSON LIMA) - Deputado Batista das Cooperativas, V.Exa. tem objeção em falar após a entrada das crianças? (Pausa.)

A Presidência vai suspender os trabalhos durante cinco minutos. Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h52min, a sessão é reaberta às 16h06min.)

(Assume a Presidência o Deputado Alírio Neto.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está reaberta a sessão.

Daremos continuidade ao período de Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Batista das Cooperativas.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS (PRP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero desejar uma boa tarde aos amigos da galeria, cumprimentar cada Deputada e cada Deputado aqui presente, os membros da imprensa, e, de forma carinhosa, a minha irmã, que hoje está aqui, Maria Aríete, uma grande amiga.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero me reportar a uma visita que nós realizamos ontem - quando falo "nós", refiro-me ainda à Deputada Luzia de Paula e ao Deputado Berinaldo Pontes - à QNR 3 e 5 de Ceilândia. Em virtude dessa visita àquela comunidade, hoje apresento, com



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	9

vergonha, uma indicação para que o Poder Público faça três chafarizes naquele local!

Deputado Milton Barbosa, eu apresento essa indicação "com vergonha" porque, em pleno século XX, na Capital Federal, nós temos de falar em chafariz! E eu estou falando em chafariz, Deputado Wilson Lima, porque aquelas famílias estão recebendo água por meio de um ponto, um cano "de meia", PVC. É uma vergonha!

Eu conheço chafariz! É uma miséria! Já é uma desgraça! Agora, o chafariz que eu conheço - porque Samambaia teve um logo no início - é uma bancada de concreto, cinco torneiras de um lado e cinco de outro. E eu quero repetir: isso já é uma desgraça! Já é uma vergonha! Então, hoje, eu apresento essa indicação com muita vergonha!

Lamento o estado em que aquelas famílias estão. Quero dizer que nós estamos dando uma nova linha ao mandato, participando de várias reuniões fora e acompanhando várias situações delicadas que ocorrem em Brasília. Assim, eu não poderia deixar de falar sobre isso.

Sr. Presidente, Srs. **Deputados**, Deputado Paulo Tadeu, eu não ia fazer uso da palavra, mas quando cheguei ao plenário vi uma coisa que me soou estranha. Vi uns **papeizinhos** com os seguintes dizeres: "Procuram-se infiéis". E atrás: "Infiéis! Quem são?".

Eu aqui quero me intitular de infiel e quero me intitular de **fiel**. Depende do que é infiel e do que é **fiel**. Sou infiel ao diabo, sou infiel à política ruim, sou infiel à corrupção. E sou fiel a minha noiva, sou fiel a Deus, sou fiel à causa do transporte, do bom transporte no Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	10

Então, preciso saber qual é o *link*. Infiel ou fiel? Não quero me intitular, não sei se sou fiel ou infiel, depende do que seja e a que seja.

Eu sei que esta Casa é séria. Tive a graça divina de ganhar um mandato para debater uma proposição séria e desenvolver ações.

Esta Casa não tem espaço para discutir assuntos subjetivos. Tenho certeza de que cada **Deputado**, seja de Oposição, seja de Situação, de qualquer ideologia, é fiel. É fiel ao voto que recebeu na urna, é fiel a seu eleitorado, é fiel à boa proposição.

Então, é assim que quero me intitular nesta tarde de hoje.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu queria propor a V.Exa. e aos demais Líderes uma reunião para discutirmos imediatamente a possibilidade da instalação das **CPIs**, que acho fundamental. É uma questão que preocupa a **todos**, e é importante que a Câmara Legislativa do Distrito Federal se posicione.

Então, a minha sugestão é que V.Exa. suspenda a sessão para **fazermos** a reunião. Em **seguida**, V.Exa. dá continuidade aos Comunicados de Líderes e de Parlamentares.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Paulo Tadeu, na verdade, já tenho a resposta da Procuradoria e da Assessoria de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	11

Plenário sobre a sugestão apresentada pelo Deputado Chico Leite há quinze dias. A resposta está aqui.

Concordo com V.Exa. Assim que terminarem os Comunicados de Líderes e de Parlamentares, faremos uma reunião para debater o assunto. Se houver acordo, faremos agora.

Vamos dar continuidade aos Comunicados de Líderes. Em seguida, suspenderemos a sessão para discutir, porque o nosso encaminhamento é uma sugestão na alteração do Regimento Interno.

Então, eu queria conversar com os Parlamentares antes de dar prosseguimento e, se possível, votar isso hoje.

Vamos consultar as Lideranças.

Concedo a palavra ao Deputado Milton Barbosa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, senhores da imprensa, assessores, o Deputado Batista das Cooperativas achou muito estranho ter encontrado essas plaquinhas sobre as mesas: "Infiéis, quem são?" e "Procuram-se infiéis".

Parece que o nosso amigo, nobre Deputado, não está lendo jornal e não está acompanhando as firulas do Governo em relação a esta Casa. Desde sábado eu leio na imprensa que o Governo quer identificar quem são os Parlamentares infiéis. Ora, é mais uma forma equivocada do Governo, dos assessores do Governador ou do próprio Governador, de conduzir o relacionamento político nesta Casa. Sempre de menoscabo à participação do Parlamentar, medindo-os numa régua de trinta cargos.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	12

O Deputado não tem de ser medido por cargos. Nem por um, nem por duzentos, nem por mil. Ele tem de ser medido pela sua atuação e responsabilidade. E, quando o Governo fala em infiéis - tem de identificar uns para isolar outros -, está ofendendo esta Casa, sim! Aqui não é Casa de moleques e de infiéis, não! Deveriam consultar o dicionário para saber o verdadeiro significado da palavra infiel ou infidelidade, porque tem mão dupla.

Se alguém está sendo infiel - e não é o meu caso, que saí da base a tempo porque tenho os meus motivos escritos ao Governador - é porque alguém não está cumprindo com a sua parte. Se alguém está deixando de votar projeto, vota uma hora de um jeito e outra hora de outro, se ausenta para não votar, o problema está do outro lado. Alguém não está cumprindo com os acordos e com os tratos que fez para formatação da base que eu discordo totalmente.

É uma formatação ruim, deletéria ao conceito que deve ter o Parlamentar. Ele está sendo medido por uma régua, sim. Quem me disser que não, que venha provar. E eu, meus amigos, tenho um defeito, se é que é defeito: dizer as coisas que penso, com todo o respeito. Acho que estou contribuindo com o Governo. Ele não tem um gestor na montagem da sua máquina, da qual os Deputados participam. E é no segundo escalão, sim. Eu fui administrador regional de duas cidades e fui secretário uma vez. Administrador regional é segundo escalão na hierarquia.

Então, quando se coloca aqui que há infiéis, coloca-se uma autoridade do nível dos Deputados Leonardo Prudente, Brunelli, Rôney Nemer e outros sob suspeita. Estão faltando com respeito, sim! Não são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	13

trinta cargos nem dez secretarias... Enfim, nada deve ser levado em consideração senão o conceito que ele deve ter.

Por isso, eu faço um protesto. Assim como o Deputado Batista das Cooperativas, sou fiel aos meus princípios e não posso concordar com isso.

Há pouco, a repórter me perguntou porque eu tomei a defesa dos infiéis. Eu disse; porque eu sou fiel a esta Casa. E o Governo não tem o direito de fazer uma caça, uma busca para saber quem é fiel e quem é infiel. É preciso que esta Casa se dê o respeito. Ela tem de enfrentar, **sim**, com respeito e consideração. Mas aceitar isso, não!

Ouvi o discurso do nosso amigo, Deputado **Reguffe**, sobre o transporte. O Governo realmente enfrenta uma situação que tem de ser ordenada. Mas quero dizer aos nossos amigos das vans que todos os Deputados desta Casa já decidiram que nenhum direito será malferido. Não é xingando todos os motoristas de vans de assassinos que vamos chegar a bom termo.

Se há o direito, esse tem de ser respeitado. No Direito, há uma **regrinha** - Deputado Chico Leite, como grande jurista, sabe disso - que diz que direito não se retira, direito se amplia.

Muito obrigado.

DEPUTADA **ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO **ALÍRIO NETO**) - Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	14

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, **solicito** a palavra apenas para convidar a todos para um ato em desagravo que faremos nesta Casa à Deputada Federal Cida Diogo. Várias presenças já foram **confirmadas**, inclusive a da própria Deputada.

Eu gostaria de ler o primeiro parágrafo do pedido de desculpas que foi dado às mulheres pelo Deputado Federal Clodovil Ernandes. Ele diz:

"Ao povo **brasileiro**, não vou negar que expus, durante uma **entrevista**, alguns pensamentos polêmicos a respeito das mulheres..."

Isso não é pensamento polêmico! Isso é uma destruição da **mulher**, é uma violência à própria mulher enquanto sujeito da sua vida e da sociedade. Por isso, vamos realizar, na próxima quinta-feira, às 9hs, um ato em desagravo à Deputada Cida Diogo pelas ofensas de que **S.Exa.** foi vítima.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Continuando os Comunicados de Líderes, concedo a palavra ao Deputado Paulo Roriz.

DEPUTADO PAULO RORIZ (DEM. Como Líder de Governo. Sem revisão do orador.) - Sr. **Presidente**, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente eu gostaria de dizer que tenho um apreço grande pelo nobre Deputado Milton Barbosa, pessoa que conheci e com quem aprendi a respeitar esta Casa. Sei das suas responsabilidades como servidor público e sei da sua capacidade ao ocupar o cargo na Secretaria de Segurança Pública. Tenho por este Parlamentar a mais alta **estima** e consideração. Agora, evidentemente que eu não poderia deixar passar em branco algumas de suas colocações que foram muito infelizes - apesar de respeitar muito S.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	15

Tenho certeza de que o Deputado Milton Barbosa, no momento propício, irá rever a sua **fala**, porque vejo que S.Exa. está sentindo um desprazer muito grande - digo isso **com** o maior respeito possível -, pois S.Exa. quer responsabilizar o Governo Arruda por algumas ações das **quais**, na verdade, o Governador não tem nem participado.

Nobre **Deputado**, dizer que o Governo Arruda é feito de firulas, de ações em troca de alguns cargos para apoiar o Governo... não é verdade. Algumas coisas podem estar acontecendo sob o seu ponto de vista, mas não na visão de todos nós Parlamentares.

O poder desta Casa, Deputado Milton **Barbosa**, é diferente do poder do Executivo. O Poder Legislativo é um e o Poder Executivo é outro.

Pelo que conheço do Governador Arruda - V.Exa. sabe também das responsabilidades do Governador -, sei do respeito que S.Exa. tem pela Câmara Legislativa, pelos governos anteriores. O Governador Arruda tem tratado nós, Parlamentares, com muita firmeza e com muita honradez.

Não posso, Deputado Milton Barbosa, deixar passar em branco seu **comentário**, apesar de respeitá-lo e de saber que V.Exa. é um homem voltado para a causa dos mais necessitados. V.Exa. foi Secretário de Solidariedade e desempenhou um papel muito importante. Agora, não é verdade que estamos trocando cargos com o Governador por apoio. Há alguns Parlamentares aqui... V.Exa. teve alguns casos no Riacho Fundo II e disse que não faz mais parte da base do Governo, mas, na verdade, eu não sei se V.Exa. faz ou não faz, porque V.Exa. tem contato com o Governo.

Então, na verdade, **temos** de definir o que é infiel, o que é apoio e o que não é. Mas V.Exa. pode ter certeza de que o Governador honra



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	16

muito ter o seu apoio. V.Exa. até hoje não disse a S.Exa. que não irá apoiá-lo. V.Exa. tem dito constantemente - eu tenho visto - que irá apoiá-lo. Pelos projetos importantes, pelo crescimento da cidade, V.Exa. vê que Brasília hoje tem uma capacidade muito grande de desenvolvimento.

Deputado Milton Barbosa, o Governador Arruda tem pautado as suas ações com bastante clareza. Em relação ao transporte coletivo do Distrito Federal, o projeto está tramitando nesta Casa, pois já foi lido em plenário. Vamos começar a discutir esse projeto no decorrer desta semana e na semana que vem. O Governador nunca disse a nenhum de nós aqui da base que não podemos apresentar algumas emendas a esse projeto. A esses projetos, evidentemente, serão apresentadas algumas emendas para aprimorá-los. O Governo está aberto às conversas. E vamos estar sempre abertos, Deputado.

Eu queria fazer esse apelo. Todas as vezes em que o coração de V.Exa. estiver cheio de mágoa, por favor, tente separar as coisas. Muitas vezes, a imprensa publica notas que não saíram da boca do Governador Arruda. V.Exa. não ouviu do Governador essas coisas que eu ouvi na imprensa hoje, que diziam que o Deputado Leonardo Prudente, o Deputado Brunelli, o Deputado Rôney Nemer não fazem parte da base! Fazem parte não da base, fazem parte é da responsabilidade... Eles foram eleitos, Deputado, com o compromisso de ajudar o Distrito Federal e o Governador Arruda.

V.Exa. pode ter certeza de que estaremos abertos a todas as críticas. Agora, devemos evitar a crítica pessoal. V.Exa. sabe que eu lhe



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	17

tenho consideração. Eu gosto muito de V.Exa. Agora, saibamos respeitar o Governador, que é um homem de bem e V.Exa. sabe disso.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Permite-me V.Exa, um aparte?

DEPUTADO PAULO RORIZ - Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) - Eu queria parabenizar o Deputado Paulo RORIZ, porque é a primeira vez que eu vejo S.Exa. subir à tribuna para defender o Governador Arruda,

Deputado Paulo RORIZ, mágoa não existe! Absolutamente! Também nunca falei sobre a pessoa do Governador Arruda, sobre o homem Arruda. Nunca falei nada sobre isso e não tenho o direito de falar. Agora, do desenho que V.Exa. traçou dele, eu discordo e muito.

V.Exa. mesmo, numa determinada ocasião, relatou um episódio que não parece muito de alguém que tem paciência para tratar um Parlamentar, não. V.Exa. me obriga a dizer que S.Exa. colocou um Parlamentar para fora da sala dele. E as histórias de mandar cair a boca são várias. Então, são coisas que eu registro na minha moção a fim de que S.Exa. tome cuidado, porque é Governador e tem de ter paciência e prudência com as coisas. Eu não disse aqui que o Governo de S.Exa. é de encenação. Absolutamente! E nem falei de firula! As ações de S.Exa. não são de firula. Eu falei numa determinada firula. Estou individualizando.

Agora, o que me incomodou mais na sua fala, Deputado - que eu aprendi a gostar aqui nesse tempo -, foi V.Exa. dizer que eu tenho de definir o meu voto, dizer se eu sou Oposição, se eu voto com o Governador Arruda



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	18

ou não. Isso é de uma tristeza muito grande, como diz o meu amigo Batista, pois, assim, V.Exa. coloca a Oposição para votar contra o Governo.

V.Exa. disse que eu tenho de definir o meu voto, mas o voto é **meu**, é da população! Eu fui eleito para votar projetos nesta Casa. Ninguém vai me tirar desta sala para deixar de votar um projeto. Não vou assinar ponto nenhum e ir embora para não votar projeto. Tenho um compromisso com o Parlamento, com os eleitores e com a sociedade.

Portanto, vincular voto a apoio governamental, não. Discordo é da maneira como o Governador faz, pois **S.Exa.** está medindo V.Exa e a todos por uma régua de trinta **cargos**, sim, senhor, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil **reais**)! Se alguém disser que não, que se apresente. Dividir poder em uma régua de trinta cargos não é forma de compor. A minha discordância com o Governador é essa. E vou discordar.

Quanto às administrações paralelas, por **exemplo**, o administrador que V.Exa indicou é hostilizado pelos setoriais dele. **Inclusive**, já discuti isso com V.Exa e também com o Deputado Alírio Neto e com outros Deputados. São administrações **paralelas**. Isso é ruim. O modelo é ruim. Espero que estejam contribuindo para que o Governador reflita e coloque um gestor que entenda de administração, porque o produto final dessas articulações são os usuários do serviço público.

Agradeço a V.Exa pelo aparte, mas não retiro o que eu disse, a menos que me provem que eu esteja errado.

DEPUTADO PAULO RORIZ - Agradeço o aparte de V.Exa., Deputado Milton Barbosa, mas não vou ficar aqui na tribuna batendo boca com V.Exa. Creio que V.Exa deveria me respeitar da mesma maneira como



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	19

eu o respeito. Dizer que é a primeira vez que subo à tribuna para defender o Governador Arruda é um equívoco e um erro de V.Exa. Primeiro, porque não pedi para ser Líder do Governo e, segundo, porque apoiei o Governador Arruda e sou seu amigo pessoal há mais de dez anos. Eu o apoiei, mas V.Exa não deu o apoio necessário ao Governador durante a sua campanha.

Portanto, é necessário sabermos diferenciar os fatos. Além de ser amigo pessoal do Governador, eu o apoiei, e V.Exa não. Quando V.Exa foi candidato - não citei o seu nome -, não o apoiou. Agora, causa-me estranheza V.Exa dizer que é a primeira vez que subo à tribuna para defender o Governador,

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Permite-me V.Exa um aparte?

DEPUTADO PAULO RORIZ - Lamento, nobre Deputado, mas V.Exa agora terá de me ouvir.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Mas V.Exa citou o meu nome, Deputado!

DEPUTADO PAULO RORIZ - Eu não citei o nome de V.Exa., Deputado, e tenho o direito de não lhe conceder o aparte.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Deputado Milton Barbosa, assim que o Deputado Paulo Roriz terminar o seu pronunciamento, V.Exa. poderá usar do direito de resposta.

DEPUTADO PAULO RORIZ - V.Exa está colocando em dúvida a honestidade de todos os Parlamentares desta Casa ao dizer que ela está pautada por uma régua de trinta centímetros. Isso V.Exa não deveria fazer.

Creio que esse é um assunto pessoal que deve ser resolvido entre V.Exa e o Governador. Agora, expor esta Casa da forma como V.Exa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	20

está fazendo, preocupa-me e causa-me estranheza. Penso que não merecemos esse conceito a que V.Exa nos expôs, regrado-nos do tamanho de uma régua.

Vou encerrar, pois creio que não seja bom continuarmos essa discussão.

DEPUTADO MILTON BARBOSA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra para usar do direito de resposta,

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Para usar do direito de resposta. Sem revisão do orador.) - Deputado Paulo Roriz, o embate é bom, sadio. V.Exa disse que estou faltando com respeito aos Parlamentares. Quero provas aqui, agora, de quem possui mais de trinta cargos, a não ser V.Exa., que trabalhou para o Governador. V.Exa. declarou que o Governador Arruda disse que eu não pertenço a sua base porque não trabalhei para S.Exa. No documento que enviei ao Governador, eu realmente disse que não havia trabalhado para S.Exa. porque eu não sou mau-caráter para trabalhar para duas candidaturas. **Está** escrito no documento que enviei ao Governador.

Portanto, quem me provar que tem mais de trinta cargos... e a régua é de trinta cargos, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O Governador está errado com isso.

DEPUTADO RÔNEY NEMER - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	21

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu gostaria apenas de comunicar aos nobres Pares que um amigo faleceu hoje e terei de me ausentar para ir ao seu sepultamento. Como está se discutindo muito a presença dos Deputados aqui na Câmara Legislativa, vou deixar bem claro que assinei a lista de presenças e vou me retirar da sessão porque não vou faltar ao sepultamento de um amigo. Não acho que isso seja motivo de corte do ponto, até porque estou trabalhando desde a manhã e, à noite, terei várias reuniões. Irei ao enterro de um amigo e não posso me furtar a isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Esta Presidência vai suspender os trabalhos por alguns minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16h35min, a sessão é reaberta às 17h44min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Está reaberta a sessão.

Comunico aos Srs. Parlamentares, à imprensa e à população em geral que conseguimos construir um acordo para a alteração do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal. O projeto de resolução será confeccionado pela assessoria e, se possível, votado amanhã, em uma sessão extraordinária, para que possamos instalar CPI com oito assinaturas, respeitada a apresentação cronológica ou um acordo de Líderes que possa alterar essa ordem de apresentação para instalação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	22

Eu *queria* aproveitar a presença dos profissionais de transportes do Distrito Federal que estão aqui e fazer um apelo para que possamos trabalhar com tranquilidade.

Esta é uma Casa democrática. Os senhores são muito bem-vindos aqui. Temos muita satisfação de encontrá-los e esperamos achar uma forma de colaborar para garantir o emprego de todos. Se há, *hoje*, dentro do regime **democrático**, um espaço onde vocês podem conversar e buscar apoio, é a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Os Parlamentares têm demonstrado essa disposição.

O apelo que eu faço é que dêem tranquilidade para que possamos trabalhar. Os Deputados estão precisando, principalmente os Deputados que ficam com o gabinete voltado para aquela **ala**, de espaço e de silêncio para poderem trabalhar.

Acho que a manifestação de vocês é legítima, e nós a **respeitamos**, mas não se esqueçam de que a grande maioria dos aliados de vocês está nesta Casa. A grande maioria! Desde a Presidência até os 24 Deputados. Às **vezes**, nós somos incomodados - desculpem-me a sinceridade -, até injustamente, quando somos os aliados de vocês. Vocês têm de pensar nisso que estou falando agora.

Nós estamos abertos para conversar, estamos abertos para dialogar, para **estudar** o projeto. Já chamamos audiência pública e conseguimos marcar audiência com o Governador para os dois seguimentos serem recebidos, o STPA e o STPAC.

Então, é justo que vocês nos dêem esse espaço, essa oportunidade de fazermos o nosso trabalho. Aceitamos vocês com o maior



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	23

prazer nesta Casa. Vamos receber todos. Recebi, há pouco, uma comissão de cooperativa. Não há problema! Agora, dêem tranquilidade para que os **Deputados**, principalmente os que têm o gabinete naquela **ala**, possam receber as outras demandas. Temos eleitores, cidadãos que vêm a esta Casa para conversar com os assessores, com os Parlamentares, e não estão conseguindo diante do ruído excessivo - com todo respeito - que está sendo feito nesta Casa, neste momento. Inclusive, o presidente do prédio vizinho me ligou e conversamos sobre esse assunto, pois os servidores de lá não estão conseguindo trabalhar.

Quero deixar bem claro que esta Casa fará o possível e, se nos for permitido, o impossível para encontrar uma solução para **vocês**. Podem ter certeza disso. Peço essa colaboração de vocês.

DEPUTADO AYLTON GOMES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, só quero registrar que hoje, a convite do **Governador**, pela **manhã**, estive no Palácio do Buriti para assistir à assinatura de cooperação do GDF com o Governo Federal para a criação do Núcleo de Arranjos Produtivos Locais.

Esse programa visa beneficiar diversas áreas produtivas do Distrito Federal. São mais de 451 empresas participantes, que têm o objetivo de impulsionar a economia local e gerar diversas vagas no mercado de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	24

trabalho. Foi uma festa muito bonita da qual tive a honra de participar e, principalmente, de ver um maior comprometimento do Governo com o setor empresarial e produtivo desta Capital.

Eu gostaria ainda, Sr. Presidente e demais Parlamentares, de convidar a todos para participar, amanhã, às 10h, em Planaltina, juntamente com o **Exmo.** Sr. Governador José Roberto Arruda, da assinatura das diversas ordens de serviço para execução de obras prioritárias para a minha querida Planaltina. São obras importantíssimas para Planaltina. Há muitos anos, não vejo um pacote de obras dessa envergadura. São execuções de obras na área de saneamento, na área de saúde, como estação de tratamento de esgoto, drenagem pluvial, pavimentação asfáltica, **meios-fios**, **bocas-de-lobo**, plantio de **gramas**, dentre outras obras.

Destaco, como exemplo, Sr. Presidente, a construção do Centro de Saúde do Arapoanga; a reforma dos banheiros e das instalações elétricas da Feira de **Hortifrutigranjeiros**; a melhoria na estação de tratamento de água do Vale do Amanhecer; a complementação da Estação de Tratamento de Esgoto de Planaltina; a restauração e reforma do Museu Histórico e Artístico de Planaltina - em execução; a construção do Posto de Saúde de Mestre D'Armas; a construção de doze salas de aula na Escola Classe Condomínio Arapoanga; a construção de quinze salas de aulas no Centro de Ensino Fundamental **Condomínio Estância I a V**; a construção de banheiros na Escola Classe Brocado da Rocha; a execução de drenagem pluvial no final da Avenida Independência - Setor Sul, próximo à quadra 115, até as margens do Córrego Atoleiro; a execução de serviços de pavimentação asfáltica, meios-fios, ramais e bocas-de-lobo, na expansão do Setor



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	25

Residencial Leste, nas quadras 21 e 26; a execução de drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e meios-fios na via **S3**, ligação Arapoanga com o Setor Residencial **Leste**, sobre o córrego Atoleiro; a execução de pavimentação **asfáltica**, cabeceira do bueiro e drenagem pluvial na rua Maranhão - ligação entre o Setor Tradicional e o Bairro Nossa Senhora de Fátima; a execução de drenagem pluvial, plantio de gramas das cabeceiras da ponte sobre o córrego Atoleiro, na ligação de Arapoanga com o Vale do Amanhecer; a revitalização do Parque Ecológico dos Pequizeiros; a execução de pavimentação **asfáltica**, meios-fios e rede de drenagem pluvial em diversas vias de circulação de ônibus, no Setor Arapoanga.

São diversas obras, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, que estão sendo incluídas na ordem de serviço. Apresentamos emendas e fizemos gestões junto ao Sr. Governador sobre esses serviços.

Por isso, convidamos todos os Parlamentares para, juntamente com o Governador, darmos o pontapé inicial a essas obras tão importantes para nossa querida Planaltina.

Quero deixar o convite a todos os Parlamentares que não tiverem compromisso em sua agenda e a quem quiser ver o Governador lançar este pacote de obras em Planaltina. Faço questão da presença de todos os companheiros, pois a Grande Estância, o Condomínio Mestre D'armas, o Arapoanga e Planaltina, em geral, estarão sendo contemplados com essas obras.

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	26

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero fazer justiça e parabenizá-lo pela condução dos trabalhos. Falo isso sem nenhuma demagogia, porque V.Exa. tem pautado o seu trabalho em defesa desta Casa em todos os sentidos e tem sido bem sucedido. Conte com o nosso apoio!

Eu também estava **presente**, ontem, quando a imprensa fez duas indagações ao Governador Arruda: uma a respeito da interferência de outros Parlamentares na questão do transporte; e a outra em relação ao trabalho da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Quanto ao transporte, eu não irei me manifestar. Agora, quanto à Câmara Legislativa, S.Exa. agradeceu a esta Casa. Aquelas palavras que estão no *Correio Braziliense* são fidedignas. S.Exa. foi muito feliz quando agradeceu à Câmara Legislativa por estar aprovando projetos de autoria do Poder Executivo e quando disse que não tinha o que reclamar desta Casa. Agradeceu, inclusive, à ação de cada Parlamentar.

Portanto, eu acredito que não há crise. Muito pelo contrário, o nosso Governador e V.Exa. estão de parabéns porque há harmonia entre os **Poderes**. Para a sociedade, é muito importante que a Câmara Legislativa colabore com o Governo. É isso que a população quer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Muito obrigado, Deputado Wilson Lima.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	27

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA JAQUELINE RORIZ (PSDB. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu estou encaminhando ao Líder do Governo algumas emendas aditivas e modificativas que dispõem sobre o serviço de transporte público coletivo integrado ao sistema de transporte. Todas elas foram estudadas com os próprios proprietários de vans, e eu acredito que isso vai ao encontro do anseio daquela classe e da comunidade que usufrui o transporte coletivo.

Há uma emenda que propõe a criação, pelo Governo do Distrito Federal, de um conselho gestor com participação paritária dos diversos entes que compõem o sistema do Governo. Há também uma outra emenda que propõe a manutenção, pelo Distrito Federal, do serviço de transporte alternativo de condomínios até que se conclua o plano diretor de transporte e o processo licitatório.

Eu já as encaminhei ao Líder do Governo, Deputado Paulo Roriz, e eu gostaria que V.Exa. tivesse ciência dessas emendas. Assim, no dia em que chegar a proposta do Poder Executivo, poderemos apresentar alternativas e sugestões ao projeto de lei.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Com certeza, Deputada Jaqueline Roriz. Parabéns pela iniciativa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	28

DEPUTADO PAULO TADEU - Sr. **Presidente**, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO ALÍRIO NETO) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. **Presidente**, com relação à matéria do **transporte**, o Governo enviou a esta Casa dois projetos que tratam do assunto. Estamos acompanhando toda a crise vivida pelo transporte público de Brasília.

Quero prestar a minha solidariedade aos condutores do Serviço de Transporte Público Alternativo de Condomínios - STPAC, **que**, neste momento, estão com as suas atividades profissionais paralisadas. Também me **solidarizo** com os usuários que estão tendo dificuldades na locomoção por meio do transporte público do Distrito Federal devido à desestruturação que o Governo gerou com a paralisação das vans por via judicial. Entendo que a Câmara Legislativa, antes de votar esse projeto, tem de abrir um debate amplo, democrático, envolvendo os setores da sociedade e, inclusive, os trabalhadores do **transporte** público coletivo do Distrito Federal.

Espero que não seja trazida a história do rolo compressor para esta **Casa**, **pois** estamos aqui para defender transporte de qualidade e também emprego. Essa medida do Governo está gerando um enorme desemprego para a nossa cidade.

Quero, neste momento, somar-me aos **manifestantes** e prestar a minha solidariedade a esses trabalhadores que vêm sendo vítimas de alguns pronunciamentos que tentam criminalizar essa categoria.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	29

Sr. Presidente, agora há pouco, tomamos uma decisão, por maioria, no Colégio de Líderes com relação às CPIs. Não posso concordar com a decisão, apesar de respeitá-la, mas quero apresentar a minha posição discordante, porque tal posicionamento pode sepultar todos os pedidos de CPIs que estão tramitando aqui. Espero que esta Casa não tome nenhuma medida nesse sentido, porque seria talvez a pior ação para a imagem do Poder Legislativo. Isso iria enterrar CPIs importantes, como a do ICS, a do transporte, a das carteiras estudantis, a do lixo.

Sr. Presidente, a adoção dessa medida significaria dizer que esta Casa varreria a sujeira para debaixo do tapete.

Então, quero apresentar a minha posição contrária a esse projeto de resolução, porque ele pode significar uma postura que espero não ver neste Parlamento.

No mais, quero reafirmar a minha solidariedade aos trabalhadores do transporte.

(Assume a Presidência o Deputado **Berinaldo Pontes**.)

DEPUTADO WILSON LIMA - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BERINALDO PONTES) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WILSON LIMA (PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, na audiência pública que tratou da questão do transporte, aqui nesta Casa, eu disse no meu pronunciamento que não podíamos votar



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	30

nenhum projeto com relação ao transporte sem ouvir todos os segmentos envolvidos, atendendo a todos de forma equânime, fazendo justiça a todos.

Então, quando usei o microfone, falei de duas posições tomadas pelo Governador Arruda, ontem, em uma entrevista. Eu apenas fiz questão de ressaltar uma, por isso que eu não falei dos transportes alternativos do STPAC.

Portanto, ficam registradas as minhas palavras. Não tenho nada contra o STPAC, e a discussão tem de vir à tona. Estou pronto para ouvir todas as reivindicações e achar um melhor termo para melhorar o transporte de massa de Brasília. Assim, a população sairá ganhando.

Muito Obrigado.

DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BERINALDO PONTES) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, é absolutamente básico que esta Casa possa escutar todos os protagonistas do sistema de transporte público do Distrito Federal. O sistema tem várias irregularidades que não se restringem à ausência de licitação da STPAC. Se fôssemos analisar à letra fria da lei, veríamos que a maioria das linhas dos ônibus também não tem licitação. Essas linhas não foram licitadas. É preciso que seja regularizado todo o sistema. Temos de escutar todos os segmentos, particularmente os trabalhadores metroviários, que estão paralisados. Eles estavam paralisados, num primeiro momento, com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	31

intenção de reivindicar aumento de salário; mas, **agora**, a paralisação adquiriu outra feição, na medida em que se avolumam os boatos de que o Metrô será terceirizado, e, portanto, o patrimônio público será em verdade desperdiçado nesta cidade.

Portanto, o Governo é contraditório quando diz que a linha mestra do novo sistema de transporte será o Metrô, mas trata os trabalhadores metroviários sem uma negociação devida e os empurra para o movimento grevista, agora em defesa do Metrô como patrimônio público.

Acho que é consenso nesta Casa que todos os segmentos têm de ser escutados - os trabalhadores metroviários, os do STPAC, os dos outros sistemas de transportes alternativos - para que possamos construir um plano diretor de transportes, porque estamos ao arrepio da lei - o Governo está ao arrepio da lei -, em um primeiro momento, porque não temos um plano diretor de transportes.

Por fim, Sr. Presidente, quero fazer minhas as palavras do Deputado Paulo Tadeu, porque não havia e não há nenhum impedimento à resolução emanada do Supremo Tribunal Federal, que declara que uma CPI pode ser instalada nesta Casa com apenas oito assinaturas. Nós **temos**, portanto, requerimentos com oito assinaturas, ou mais do que isso, que poderiam **levar**, no dia de hoje, à instalação de uma CPI para que esta Casa realmente cumpra a sua função de investigação.

Temos quatro **CPIs** protocoladas com o número mínimo de oito assinaturas, e temos uma primeira CPI, a CPI do ICS. O afã da maioria dos Deputados que votou na perspectiva de zerar ou anular todos os requerimentos de CPIs, creio eu que esteja dentro de um processo de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	32

ilegalidade. Tenho uma preocupação imensa que isso represente apenas o arar do terreno para torná-lo **absolutamente infértil** para que se instale nesta Casa qualquer CPI.

Queremos instalar **CPIs** para apurar aquilo que tem pululado nas páginas dos jornais como eivados de irregularidade. Essa é a função desta Casa. A função desta Casa é se erguer, na perspectiva de cumprir o poder e a sua destinação fiscalizadora.

No mais, Sr. Presidente, é essa a discussão que apresento e que indicará realmente a independência deste Poder Legislativo. Eu me nego a participar de quaisquer discussões e posições de Parlamentares que possam ser definidas por réguas, ou número de cargos, ou valores a serem estabelecidos. Como Parlamentar, fui eleita para defender a sociedade.

O Governador **Arruda**, que gosta de, intempestivamente, demitir servidores **públicos** em público, deve ter a consciência de que não pode nos demitir. O Parlamentar tem de trilhar o seu caminho pela independência e pela defesa das suas posições.

Sr. Presidente, concluo dizendo que esta Casa deveria, no dia de hoje, instalar uma CPI, na medida em que não há dúvidas de que oito assinaturas são suficientes para a sua instalação, de acordo com decisão suprema. Não há dúvidas quanto a isso nesta Casa. Portanto, nada justifica que não estejamos, hoje, instalando uma CPI para investigar **tantas** irregularidades, seja a do **ICS**, seja a do lixo, ou tantas outras que já foram apresentadas nesta Casa.

Obrigada, Sr. Presidente.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	33

PRESIDENTE (DEPUTADO BERINALDO PONTES) - Deputada Erika Kokay, compartilho também do seu posicionamento, uma vez que já temos uma decisão, uma resolução do Supremo Tribunal Federal que fortalece a atuação do Poder Legislativo. É também função desta Casa investigar e apurar os fatos. Cabe a nós o respeito à resolução do Supremo, uma vez que é o respeito às minorias. Portanto, quero me solidarizar com a Deputada Erika Kokay e dizer que compartilho do mesmo posicionamento. Diminuir o poder no intuito de desrespeitar uma resolução do Supremo é diminuir o nosso papel no Legislativo.

DEPUTADO REGUFFE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BERINALDO PONTES) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT, Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, espero que esta Casa não seja um cemitério de comissões parlamentares de inquérito. Espero que esta Casa se negue a ser o campo de boa esperança das CPIs. Considero que uma das funções precípuas do Legislativo, além de legislar, é fiscalizar o Poder Executivo, fiscalizar as ações do Governo.

Esta Casa prestará um péssimo serviço à sociedade, um desserviço ao contribuinte se enterrar essas CPIs. Caso isso aconteça de fato, espero que os Deputados que assinaram, no dia de hoje, o meu requerimento para a instituição da comissão parlamentar de inquérito do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	34

transporte coletivo repitam essas assinaturas amanhã e não mudem de opinião de um dia para o outro.

Eram essas as minhas considerações.

DEPUTADO AYLTON GOMES - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BERINALDO PONTES) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AYLTON GOMES (PMN. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero me solidarizar com essa categoria sofrida e trabalhadora do transporte do Distrito Federal e dizer que, com certeza, esta Casa tem um compromisso sério com esses trabalhadores.

Eu estive com o Governador, e S.Exa está acessível a negociações. Isso me deixou muito feliz.

Quero deixar claro que não votaremos nada que não seja discutido, avaliado e questionado. Não aprovaremos nada sem que haja consenso.

Portanto, contem com a nossa parceria. Contem com este amigo que é da base do Governo. Estamos negociando o assunto com o Governador. Percebi hoje que S.Exa está sensível à causa e aberto a negociações. Deixamos claro que precisamos discutir ainda mais sobre o transporte do Distrito Federal para chegarmos a um consenso. Da forma como está, não só a categoria é prejudicada, mas a comunidade, que é a maior interessada e quem realmente precisa do serviço. A comunidade precisa de um transporte de boa qualidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	35

Muito obrigado.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BERINALDO PONTES) - Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. **Presidente**, quero apenas complementar o aparte que fiz no pronunciamento do Deputado **Reguffe** nos Comunicados de Líderes.

Foi publicado em uma matéria do *Jornal da Comunidade* que o Secretário de Transportes, Deputado Federal e Coronel da Polícia Militar do **Distrito** Federal, Deputado Fraga, chamou os condutores de vans de bandidos e disse que não negociará com bandidos. O Secretário disse também que não negociará com os metroviários. **S.Exa.** não os chamou de **bandidos**, mas também não vai negociar com eles. Então, quero saber com quem o Secretário negocia. O Governo não negocia. Existem as greves, existem as movimentações, o Governo não negocia com ninguém e alega que está sendo pressionado.

O Governo devia ter se antecipado às derrubadas, ao problema das vans, à greve dos metroviários, para evitar tudo isso.

O Secretário disse **que**, com trinta ou quarenta dias, a licitação dos microônibus estará pronta. Quem será beneficiado com a licitação dos microônibus? É importante que o Governo trate com respeito qualquer segmento profissional, principalmente os condutores de vans, que seguraram o transporte durante todos esses anos. O Governo nunca os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	36

tratou com a devida importância. O Governo anterior não teve políticas públicas de transporte, e este Governo, em cinco meses de gestão, também demonstrou que não possui políticas públicas de transporte. Se tivesse, não teria deixado o transporte público chegar ao caos em que hoje se encontra. Espero que essa situação se resolva o mais breve possível.

O posicionamento do Deputado Fraga, Secretário de Transportes, é compreensivo. **S.Exa.** está se portando como Secretário e como coronel da Polícia Militar.

Muito obrigado.

DEPUTADO CHICO LEITE - Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BERINALDO PONTES) - Concedo a palavra a **V.Exa.**

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) - Sr. **Presidente**, em que pese todos os colegas já terem se deslocado para o "cafezinho" ou para os seus gabinetes, com exceção do Deputado Cabo Patrício e de **V.Exa.**, eu não poderia deixar de fazer uma observação, **hoje**, deste microfone.

Nesta Casa, não há vitórias ou derrotas coletivas. Tudo que o Legislativo faz - fiscalizando, propondo ou debatendo - é em nome de todos aqueles que são representados. **Estimo**, Deputado Berinaldo Pontes e Deputado Cabo **Patrício**, que nós repensemos a deliberação do Colégio de Líderes, Deputado Aylton Gomes, Deputado **Reguffe**, para que possamos, pelo entendimento, instaurar imediatamente a CPI do Lixo. Se **zerarmos** tudo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	37

e só contarmos a coleta de assinaturas após o momento da publicação da emenda que modifica o Regimento Interno, adaptando a interpretação que o Supremo fez da Carta Federal, a sociedade vai compreender, vai enxergar nesse ato uma manobra de quem não queria as CPIs para refugir a elas. Isso será grave para todos nós, será grave para o cumprimento da missão desta Casa Legislativa. Sendo obrigada a coleta de assinaturas, estimo que não se diga por aí que aquele que não quis assinar o novo requerimento assim o fez por ter participado de alguma negociação ilícita com quem seria prejudicado com a instalação da CPI. O volume de comentários, Deputado Berinaldo Pontes, o volume de disse-me-disse vai aumentar, principalmente depois de o Deputado Milton Barbosa ter dito, na sessão de hoje, deste microfone, que o Governo, especialmente o Governador, mede o apoio dos Deputados por uma régua de trinta cargos e R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). Ouvi isso, assim como todos os Parlamentares. Eu gostaria que ficasse registrado o meu pedido para que efetivamente se individualizasse esse ponto.

O Líder do Governo veio à tribuna e disse que isso não é verdade, mas não declinou a contestação, na minha avaliação, condizente com a intervenção do Deputado Milton Barbosa.

No momento do debate, se votada a emenda que altera o Regimento Interno e operada a publicação necessária, dos Parlamentares que assinaram os dois requerimentos de CPIs, aquele que não quiser assinar o novo pode deixar transparecer que está havendo aí, também da parte dos que seriam prejudicados, uma medição.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
15/05/2007	15h	40ª Sessão Ordinária	38

Não quero que fiquemos nas *reticências*, Sr. Presidente. Quero advertir que isso será muito ruim para o **Parlamento**, será muito ruim para todos nós.

Por isso, defendo que sigamos a definição jurídica. O Supremo interpretou a Constituição. Defendo que possamos chegar ao entendimento, já que vitórias e derrotas aqui são coletivas, são para toda a Casa. Defendo que definamos a ordem cronológica e possamos optar pela CPI do Lixo.

Era o que queria ponderar a *V.Exa.*

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BERINALDO PONTES) - Deputado Chico Leite, acredito que quem assina uma CPI e retira a assinatura não honra o caráter, não honra os votos que recebeu. Acredito que os Deputados que assinaram o requerimento terão obrigação de honrar o mandato conferido pelo povo.

Não havendo *quorum*, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h13min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO**

SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 5ª LEGISLATURA

**ATA SUCINTA DA 40ª
(QUADRAGÉSIMA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

EM 15 DE MAIO DE 2007.

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputados Alírio Neto, Wilson Lima e Berinaldo,

SECRETARIA: Deputado Chico Leite.

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

INÍCIO: 15 horas e 33 minutos.

TÉRMINO: 18 horas e 13 minutos.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PRESENÇA: Compareceram os seguintes deputados:

- Aguinaldo de Jesus (sem partido)
- Aylton Gomes (PMN)
- Batista das Cooperativas (PRP)
- Benício Tavares (PMDB)
- Berinaldo Pontes (PP)
- Brunelli (DEM)
- Cabo Patrício (PT)
- Chico Leite (PT)
- Cristiano Araújo (PTB)
- Dr. Charles (PTB)
- Erika Kokay (PT)
- Jaqueline Roriz (PSDB)
- Leonardo Prudente (DEM)
- Luzia de Paula (PSL)
- Milton Barbosa (PSDB)
- Paulo Roriz (DEM)
- Paulo Tadeu (PT)
- Reguffe (PDT)
- Rogério Ulysses (PSB)
- Rôney Nemer (PMDB)
- Wilson Lima (PR)
- Alírio Neto (PPS)

- Obs.: O Deputado Raad Massouh (DEM) está licenciado.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wilson Lima):

- Está aberta a sessão.
- Sob a proteção de Deus, são iniciados os trabalhos.

1.1 LEITURA DE ATAS

- São lidas e aprovadas, sem observações, as Atas das 34^a e 38^a Sessões Ordinárias e das 2^a, 3^a e 5^a Sessões Extraordinárias.

**1.2 COMUNICADOS DA MESA**

- **Projeto de Lei nº 328, de 2007**, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus.
- **Projeto de Lei nº 329, de 2007**, de autoria do Deputado Alírio Neto e outros.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 29, de 2007**, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 30, de 2007**, de autoria do Deputado Aguinaldo de Jesus.
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2007**, de autoria do Deputados Aylton Gomes e Cristiano Araújo.
- **Indicação nº 1.354, de 2007**, de autoria da Deputada Luzia de Paula.
- **Indicação nº 1.355, de 2007**, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Indicação nº 1.356, de 2007**, de autoria do Deputado Pedro Passos.
- **Indicação nº 1.357, de 2007**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 1.358, de 2007**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 1.359, de 2007**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 1.360, de 2007**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 1.361, de 2007**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 1.362, de 2007**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 1.363, de 2007**, de autoria do Deputado Chico Leite.
- **Indicação nº 1.364, de 2007**, de autoria do Deputado Chico Leite,
- **Indicação nº 1.365, de 2007**, de autoria do Deputado Rôney Nemer.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

- **Indicação n° 1.366, de 2007**, de autoria do Deputado Rôney Nemer.
- **Requerimento n° 293, de 2007**, da Deputada Luzia de Paula.
- **Requerimento n° 294, de 2007**, do Deputado Cabo Patrício.
- **Requerimento n° 295, de 2007**, dos Deputados Aylton Gomes e Cristiano Araújo.
- **Requerimento n° 296, de 2007**, do Deputado Cabo Patrício.
- **Requerimento n° 297, de 2007**, do Deputado Chico Leite.

ATA SUCINTA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA, DE 15 DE MAIO DE 2007.

Revisora:

Ana

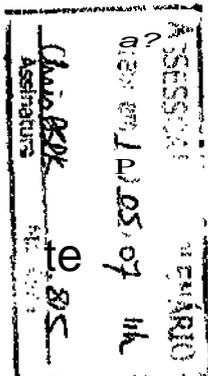
Chefe Setas:

Manoel (A/SR/TOF)



PROJETO DE LEI Nº PL 328 /2007

(Autor: Deputado Aguinaldo de Jesus)



Estabelece o quantitativo mínimo de bombeiros particulares (brigadista) a ser mantido pelas Instituições Privadas de Ensino Superior no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências.

Câmara Legislativa do Distrito Federal Decreta:

Art. 1º Ficam as Instituições Privadas de Ensino Superior no âmbito do Distrito Federal, obrigadas a constituir um grupo organizado de bombeiros particulares treinados e capacitados para atuar na área de segurança contra incêndio e pânico, abandono da edificação, bem como desenvolver e manter uma mentalidade prevencionista no estabelecimento:

Art. 2º Para o cumprimento do disposto no *caput* do Art. 1º desta Lei, a Instituição de Ensino Superior, deverá criar a sua Brigada de Bombeiros Particular (brigadista), obedecendo ao quantitativo mínimo a seguir definido:

I - 02 (dois) bombeiros particulares para até 03 (três) **pavimentos** da instituição que não excedam **área** somada de **10.000m²**:

II - ~~se~~ a área somada dos 03 (três) **pavimentos** exceder a área estabelecida neste inciso, acrescentar-se-á uma dupla de bombeiro particular (brigadista);

III - a cada 03 (três), **pavimentos** ou fração, acrescentar-se-á uma dupla de Bombeiro Particular (brigadista), observando o limite de área previsto neste inciso;

IV - a cada **10.000m²** ou área excedente acrescentar-se-á uma dupla de Bombeiro Particular (brigadista);

V - se a edificação possuir duas ou mais características, o **dimensionamento** deverá ser feito para cada característica **individualmente**. Se a edificação possuir mais de uma destinação e uma ou mais possuir área inferior a **10.000m²**, esta será avaliada pela destinação de maior área;

Art. 3º - deverá ser mantido na edificação, fora do horário comercial, pelo menos uma dupla de Bombeiro Particular (brigadista);

Art 4º - A critério técnico do Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal - **CBMDF**, poderá ~~ser~~ **aumentado ou reduzido** o número de bombeiros particulares nas edificações.

Art.5º - O **descumprimento** do quantitativo mínimo previsto nesta Lei acarretará aos **infratores** as **seguintes sanções**, nesta ordem:



- a) advertência;
- b) multa de R\$ 1.000,00(mil reais) a R\$ 10.000,00(dez mil reais);
- c) interdição da instituição;

§1º - A **interdição** das atividades da **instituição** será precedida de **notificação** com prazo mínimo de 30 dias e máximo de 60 (sessenta) dias para regularização do quantitativo mínimo previsto nesta lei;

§2º - A reabertura ou retomada das atividades dependerá da comprovação do atendimento do quantitativo mínimo previsto nesta lei.

Art. 6º - O Corpo de Bombeiro Militar do Distrito Federal - **CBMDF**, responsável pela fiscalização das **instituições** de ensino superior indicados na presente lei notificará a Secretária de Estado da Fazenda para aplicação das sanções pecuniárias previstas nesta lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor **60(sessenta)** dias a contar de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O sistema de educação superior do Distrito Federal conta hoje com mais de 80 Instituições **Privadas**¹ **que**, segundo a legislação em vigor, está organizado em Centros Universitários, Institutos ou Escolas Superiores, Faculdades ou Faculdades Integradas.

Nos ambientes das Instituições de Ensino Superior transitam mais de 53 mil jovens, adultos e **idosos**, **distribuídos** entre **6,7 mil** funcionários técnicos e administrativos, 6,6 mil docentes e mais de 40 mil alunos que freqüentam os 365 cursos de graduação presencial em todo o Distrito **Federal**².

Diante da grandeza destes números que diariamente circulam nestes ambientes de ensino e os **constantes** imprevistos e riscos que toda esta população está exposta durante o seu **expediente** de **trabalho** ou de estudos, a presente proposição tem por objetivo estabelecer uma lei que obrigue as **instituições** privadas de ensino superior efetivar Bombeiros Particulares (**brigadista**) no âmbito de suas **unidades**, a fim de cumprir a NORMA TÉCNICA n.º 007/2000-Corpo de Bombeiros Militar do Distrito **Federal**, que não possui força **coercitiva**, dificultando sua efetividade e cumprimento pelos destinatários.

Do mesmo modo, trata-se de norma de segurança pública de obrigação do Governo do Distrito **Federal**, **que** visa proporcionar maior tranquilidade às pessoas que se encontrarem em locais públicos **vulneráveis** a acidentes e incêndios, contribuindo com a **operacionalização** dos trabalhos **de socorro e salvamento** de responsabilidade do CBMDF.

¹ Extração do site www.educacaosuperior.inep.gov.br, Cadastro das **Instituições** de Educação Superior – Portal do MEC;

² Dados extraídos do Sinopses - Estatísticas da Educação superior - Graduação, disponível no **sítio** www.inep.gov.br - Ano 2005



Sabe-se que tramita nesta Casa de Leis o PL 2235 de 2005, já aprovado em primeiro turno e ao referir-se aos shoppings, edificações públicas, comerciais, residenciais transitórias, escritórios, hospitais e supermercados, não abrigou as Instituições de Ensino Superior que pela sua natureza e a especificidade do público que nelas circulam requerem um tratamento específico.

Daí a relevância da proposição em estabelecer a obrigatoriedade de contratação pelas Instituições de Ensino Superior do Distrito Federal de **(brigadistas)**. Deste modo, rogo aos pares a aprovação da presente proposição no âmbito da Casa.

Sala das sessões.....

2007

Dep. Aguinaldo de Jesus
Deputado Distrital

LIDO
Em 15 05 07
Alta
Assessoria do Plenário

PL 329 /2007

PROJETO DE LEI N°
(Do Sr. Dep. **ALÍRIO NETO** E OUTROS)

Dispõe sobre a alienação direta aos seus **ocupantes**, ou àqueles que possuem domínio ou a posse **indireta**, das áreas públicas dos condomínios constituídos de fato no Distrito Federal, que sofreram processo de parcelamento reconhecido pela autoridade pública, e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO **FEDRAL** decreta:

Art. 1° As áreas públicas ocupadas localizadas nos condomínios constituídos de fato no Distrito Federal, que sofreram processo de parcelamento reconhecido pela autoridade pública serão, no todo ou em parte, alienadas **individualmente**, pelo Governo do Distrito Federal, aos seus **ocupantes**, dispensados os procedimentos exigidos pela Lei 8.666, de 21 de junho de 1993.

Parágrafo Único - A alienação de que trata o "**caput**" deste artigo será realizada conforme preceitua a Lei Federal n° 9.262, de 12 de janeiro de 1996, cujos efeitos serão estendidos a todo o Distrito Federal.

Art. 2° Serão ainda alienadas as áreas públicas que estejam nas condições do artigo **anterior**, mesmo que não ocupadas, cujo domínio ou a posse indireta sejam demonstradas, por meio de **documento**, e quando necessário, a critério do **Órgão alienante**, por outros meios **complementares** e idôneos de provas.

Art. 3° As alienações previstas nos artigos anteriores serão realizadas ao preço de terra nua, desconsideradas nas avaliações, as benfeitorias promovidas pelos seus ocupantes.

CÂMARA DE PLENÁRIO
Recebi em 15/05/07 às 14h
Wellington Lourenço
Assinatura Matrícula

[Handwritten signatures]

[Large handwritten signatures and initials]

Art. 4º Os recursos auferidos nessas alienações serão destinados a obras de infra-estrutura nos assentamentos habitacionais.

Art. 5º O Distrito Federal regulamentará esta Lei no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

A decisão histórica do Egrégio Supremo Tribunal Federal no julgamento da **ADIN** 2.990, ocorrido em 18.04.2007, que considerou constitucional a Lei 9.262, de 12 de janeiro de 1996, a qual assegura a venda direta das áreas públicas ocupadas, localizadas nos limites da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu, é um acontecimento de alta significação para parcela expressiva da população do Distrito Federal.

Ainda que muito importante o r. *decisum* da Corte Suprema do País, não possui ele o condão de, automaticamente, estender seus efeitos a outros conglomerados **humanos**, que constituem os Condomínios horizontais distribuídos por todo o território do Distrito Federal, necessitando assim, que o Governo tenha a autorização desta Casa para proceder a venda direta dos lotes.

Por este motivo é apresentado o presente projeto no sentido de determinar ao Distrito Federal que aliene os lotes, diretamente aos seus ocupantes, ou mesmo àqueles que possuem o domínio ou a posse indireta de cada um deles, conferindo tratamento **isonômico** aos ocupantes dos lotes da Área de Proteção Ambiental da Bacia do Rio São Bartolomeu, cuja Lei 9.262/96 autorizou a venda direta.

O projeto prevê ainda a alienação direta aos adquirentes de lotes mesmo que não os ocupem, como forma de fazer justiça àqueles que, buscando o cumprimento da Lei nada construíram, necessitando apenas que comprovem a aquisição por meios de documentos ou outros meios de provas considerados idôneos pela entidade alienante.

The bottom of the page contains several handwritten signatures and initials in black ink. On the left, there is a large, stylized signature. In the center, there are several smaller signatures, some appearing to be 'Alves' and 'Ufr'. On the right, there is a large, circular signature with a scribble inside, and below it, the initials 'Ufr' and a circled '60'.

O projeto prescreve que as alienações serão realizadas ao preço de terra nua, desconsiderando-se nas avaliações, as benfeitorias promovidas pelos seus ocupantes.

Convém lembrar que o atual Governador é um dos signatários do Projeto de Lei que deu origem a Lei 9.262/96, a qual autoriza a venda direta de lotes a seus ocupantes, com dispensa de licitação, sendo, **naturalmente**, um dos mais interessados na solução da questão.

Tratando-se de matéria altamente relevante, de interesse de cada um dos deputados desta Casa, conclamo aos meus pares não apenas a ser signatário deste **Projeto**, mas também aprová-lo, para o bem do Distrito Federal.

Sala das Sessões,

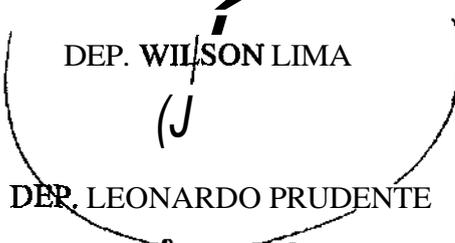


DEP. AÉCIO NETO



DEP. PAULO TADEU

DEP. AGNALDO DE JESUS



DEP. WILSON LIMA

DEP. BRUNELLI

DEP. LEONARDO PRUDENTE



DEP. DR. CHARLES



DEP. JAQUELINE CORIZ



DEP. RONEY NEMER

DEP. REGUFFE



DEP. PEDRO PASSOS

DEP. CHICO LEITE



DEP. AYLTON GOMES



DEP. MÍLTON BARBOSA



DEP. CRISTIANO ARAÚJO

DEP. RAAD MASSOUH

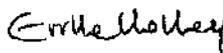


DEP. ROGÉRIO ULYSSES

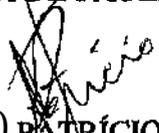
DEP. BATISTA DAS COOPERATIVAS

DEP. PAULO RORIZ

DEP. BERINALDO PONTES


DEP. ERIKA KOKAI


DEP. LUZIA DE PAULA


DEP. CABO PATRÍCIO

DEP. BENÍCIO TAVARES



Em 15.05.07
Assessoria do Presidente



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº. PDL 29/2007
(Autor Dep. Aguinaldo de Jesus)

ASSISTENTE LEGISLATIVO
16.815

Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Empresário José Fagundes Maia Neto

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA :

- Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Empresário José Fagundes Maia Neto.
- Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário ao Empresário José Fagundes Maia Neto, casado com Maria de Fátima Gonçalves dos Santos Maia, pai de seis filhos, Nádia Maia, Nayra Maia, José Fagundes, Paulo Fagundes, Gabriela Fagundes e João Pedro Fagundes. Nascido em 05 de Agosto de 1952, na cidade de Russas - CE.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Desde cedo demonstrou sua vocação pelo comércio, ajudando nos negócios de seu pai. Porém em 1972 a família resolveu mudar-se para Brasília tendo iniciado sua vida profissional como taxista em companhia de seu pai.

Em seguida confirmando sua vocação para o comércio, a família cearense adquiriu uma padaria na Asa **sul**, o que seria o embrião do Grupo Santo Antônio. E com muito esforço e tino empresarial adquiriu outras padarias sempre com o apoio de sua esposa. Convidando seus irmãos para participarem dessa empreitada e formando o Grupo Santo Antônio com cinco padarias, criando uma Central de **Panificação** e uma fábrica de sacos de papel, a Inbrapel.

Desde aquela época Fagundes vem demonstrando seu espírito associativo fazendo parte das diretorias do Sindicato dos **Panificadores** e de sua Associação de Classe, Mas, seu **empreendedorismo** não ficou por ai. Em 1992 como líder do grupo decidiram participar do **seguimento supermercadistas**, abrindo seu primeiro supermercado no setor do Cruzeiro que ganhou o nome de **SUPER MAIA**, iniciando uma nova fase na vida da família Maia e coroando todos os esforços de empreendedores do grupo.

Posteriormente foram criados os **Supermercados** do Lago Norte, Guará, Valparaíso, quadra 508 Sul, Lago Sul, Planaltina, contando o grupo atualmente com quatorze lojas, ~~umas~~ com participação de seus irmãos e outras no âmbito particular. Seu **empreendedorismo** emprega hoje mais de dois mil colaboradores empregados diretamente em sua rede de supermercados, e com perspectiva de novas inaugurações ainda neste ano.

Tem pretensões de em breve estar expandindo o grupo no sentido de criar novos empregos e estar participando continuamente do **desenvolvimento** de Brasília.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Sempre demonstrando seu amor por Brasília, seu esforço empreendedor visava melhorar a qualidade de vida em Brasília dentro da modernidade do comercio varejista, foi o primeiro Supermercado a abrir em regime de 24 horas e informatizar seus caixas.

Tem participado de varias associações e sindicatos tais como: SINDIGRAFI, SIAB, ABRAS, FECOMÉRCIO e da FIBRA sendo ainda conselheiro do CRA, conselheiro do SESC e delegado ASBRA.

Reconhecido pelo Governo do Distrito Federal como um dos grandes colaboradores pelo seu trabalho atuante no desenvolvimento da Cidade e suas participações sociais, recebeu a comenda da Ordem do Mérito de Brasília no grau de Cavaleiro da Ordem e outros importantes títulos que fazem jus a seu espírito empreendedor.

É por essas e outras razões e em face aos já relevantes serviços prestados à população do Distrito Federal que contamos com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa na aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em...

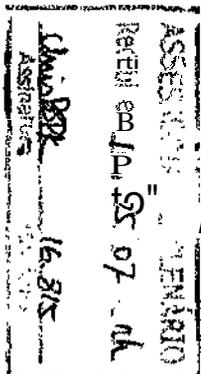
Handwritten signatures and initials, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

Deputado Aginaldo de Jesus



PDL 30/2007

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
(Autor Dep. Aguinaldo de Jesus)



Concede o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o **Título** de Cidadão Honorário de Brasília ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo conceder o título de cidadão honorário de Brasília ao Ministro do Supremo Tribunal Federal Carlos Augusto Ayres de Freitas **Britto**, nascido em Própria no Estado de Sergipe em 18 de **Novembro** de **1942**. É casado com Rita de Cássia Pinheiro Reis de Britto e tem 5 (cinco) filhos: Mareei de Castro Britto, Adriana de Castro Britto, Adriele Pinheiro Reis Ayres de Britto, Tainan Pinheiro Reis Ayres de Britto e Nara Pinheiro Reis Ayres de Britto.

O Excelentíssimo Senhor Ministro ingressou na Faculdade de Direito da **Universidade** Federal de Sergipe em **1962**, concluiu o curso em 1966 e a partir de 1967 passou a militar na advocacia. **Realizou** cursos de pós-graduação em Aperfeiçoamento em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito de Sergipe (1974/1975); **Mestrado em Direito do Estado** (1981/1982) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e de **...to/oider-âriSi^m** **Constitucional** (1998) pela mesma **Universidade**.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em **Sergipe**, de 1970 a 1978 exerceu o cargo de Chefe do Departamento Jurídico do Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado - CONDESE, foi Consultor Geral do Estado no ano de 1975 até 1979, de 1983 a 1984 foi Procurador Geral de Justiça e de 1978 a 1990 foi Procurador do Tribunal de Contas.

Dedicando-se ao magistério superior, foi: professor de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe de 1973 a 1976 e de 1990 em diante, professor de Direito Administrativo de 1976 a **1983** na mesma Universidade; professor de Direito Constitucional da Faculdade Tiradentes em Aracaju - SE de 1980 a 1983; professor de Direito Constitucional, como Assistente do professor **Michel** Temer, da **Pontifícia** Universidade Católica de São Paulo em 1981; professor de Teoria do Estado de 1993 a 1999, e de Ética Geral e Profissional, em 2000 e 2001 na faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe.

No âmbito de **pós-graduação**, foi: Professor de Direito Constitucional do Núcleo de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de **Sergipe**, de 1993 a 2000; professor do cursos de mestrado da Universidade **Federal** do Ceará em 1999; professor de cursos de especialização da Universidade Federal de Santa Catarina; professor de cursos de **especialização** da Universidade de Salvador, a partir de **1999**; professor da Escola Superior de Magistratura do Estado de Sergipe; professor da Escola Superior de Advocacia de Sergipe e da Fundação de Estudos Superiores do Ministério Público de **Mato Grosso**.

Participou de bancas de mestrado nas Faculdades de Direito das Universidades Federais do Paraná - 2002, da Bahia - **1999**, de **Sergipe** - **2001, 2002** e 2006, do Ceará - 2001 e 2002, da Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro - **2004** e da **Universidade** Católica de Brasília - 2006.

Ingressou no Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB, de 1993 a 1994. Foi membro da Comissão de Constituição e Justiça do órgão nos períodos de **1995/1996** e **1998/1999**, presidiu o Instituto Sergipano de Estudos da Constituição em 2002, sendo Vice-Presidente da Associação Brasileira de



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Constitucionalistas Democratas - ABDC e do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, em 1997 e 1998.

Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por decreto de 5 de Junho de 2003.

Publicou as seguintes obras jurídicas: *Jurisprudência Administrativa e Judicial em Matéria de Servidor Público* (1978, Imprensa Oficial do Estado de Sergipe); *Interpretação e Aplicabilidade das Normas Constitucionais*, em parceria com Celso Ribeiro Bastos (1982, Editora Saraiva); *o Perfil Constitucional da Licitação* (1997, Editora ZNT, Curitiba) e *Teoria da Constituição* (Editora Forense, Rio de Janeiro, 2003).

Realizou conferências e palestras sobre matéria **jurídica** no Brasil e no exterior, e é membro da Academia Sergipana de Letras, havendo publicado os seguintes livros de poesia: *Teletempo* (Ed. do autor, 1980); *Um lugar chamado luz* (Ed. do autor, 1984); *Uma Quadra de farinha* (Ed. ZNT, Curitiba, 1998); *A pele do ar* (Gráfica e Editora J. Andrade, Aracaju, 2001); *Varal de borboletas* (Gráfica e Editora J. Andrade, Aracaju, 2003) e *Ópera do Silêncio* (Ed. Fórum, Belo Horizonte, 2005).

Dado aos relevantes serviços prestados a população brasiliense, contamos com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa na aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em...

DEPUTADO AGUINALDO DE JESUS



Em 15/05/07
 L 100
 Assessoria do Plenário

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
 GABINETE DO DEPUTADO AYLTON GOMES - PMN

PDL 31 /2007

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº
(Dos Srs. Deputados AYLTON GOMES - PMN E CRISTIANO ARAÚJO -PTB)

**Concede o Título de Cidadão
 Honorário de Brasília ao Senhor
 RÔMULO MENDONÇA DE
 OLIVEIRA.**

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário de Brasília ao Senhor **RÔMULO MENDONÇA DE OLIVEIRA.**

Art 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Decreto Legislativo tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Distrito Federal ao empresário Rômulo Mendonça de Oliveira.

Natural de Brasília - DF, nascido aos 22 de março de 1965, Rômulo Mendonça de Oliveira é filho de Viriato Gomes de Oliveira e Maguinolia Mendonça de Oliveira.

É casado com a senhora Dorotéia Silva Mendonça, possuindo três filhos: Leandro Silva Mendonça, Daniel Silva Mendonça e Henrique Silva Mendonça.

Formou-se em Bacharel em Economia, na União Educacional de Brasília em 1986 e Pós-Graduado em Metodologia do Ensino Superior, na PUC/RJ em 1990.

Rômulo Mendonça tem-se destacado como empresário da área de Feiras e Promoções de eventos e empresário da Construção Civil, onde exerce a função de Diretor Presidente até a presente data.

Na promoção de feiras e eventos, já promoveu mais de 70 por todo o Brasil, nas quais se destacam:

- **RIO UTILIDADES** em parceria com o Grupo Sendas/RJ;
- **MOBILIAR** realizada no RioCentro/RJ;

ASSESSORIA DE PLENÁRIO	
Recebido em 09/05/07 às 16:58	
Assinatura	Matrícula
<i>Wellington</i>	1686



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AYILTON GOMES - PMN**

- **FESTA DA PRIMAVERA** realizada em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente/SP no Parque do Ibirapuera;
- **EXPOTCHÊ** Feira de Produtos, Serviços e Cultura do Rio Grande do Sul (14anos) feira esta que em 2005 recebeu o Jacaré de Ouro como a Melhor Feira Regional Cultural do Brasil e Bronze em 2006.
- **FEIRA DO LIVRO DE BRASÍLIA** - Realizada em conjunto com a Câmara do Livro de Brasília. Ganhamos o Prêmio Caio- Jacaré de Prata, de Melhor Feira Regional do ano de 2006.

Além de coordenar aproximadamente 400 eventos entre Feiras, Seminários e Congressos, atendendo a clientes nacionais e internacionais de âmbito governamental e privado.

Como empresário da construção civil, destaca-se a **PETRA - CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA**, onde já construiu 2(dois) edifícios com 112 apartamentos e 102 apart. Respectivamente e esta iniciando a construção do terceiro edifício.

Já obteve a certificação ISO 9001 e o PBQP-H (Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade na Habitação) e ganhou 2 Prêmios do Seguimento da Construção em Brasília em 2006 - Melhor Construtora e Maior Volume de vendas.

No desempenho de suas funções profissionais, iniciou suas atividades em 1985, nos quais destacamos:

- **Ministério da Agricultura** - Departamento de Pessoal - Assistente de Pessoal Mar/1983 a Out/1985;
- **Poliéc** - Assistente Comercial] - Nov/1985 a Dez/1986;
- **ONG CULTURAL - Ministério Cântaro** Gerente Administrativo - 1987 a 1989;
- **VISÃO - Promoções** Responsável pela Programação Publicitária de todos os eventos da Empresa - Mar/91 a Out/92.
- **CÂMARA LEGISLATIVA DO DF** Chefe da Seção de Comunicação Social - Mar/93 a Jan/94.
- **RDN- Promoção de Eventos LTDA.** Sócio diretor responsável pela área comercial de Jan/94 a mar/96 na promoção da Cidade de Ibitinga com a Feira do Bordado de Ibitinga realizada em 08 estados brasileiras.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AYLTON GOMES - PMN**

Rômulo é líder-empresário, jovem atuante, brilhante em suas manifestações, realmente ele é uma pessoa que dignifica nossa cidade, trazendo a todos nós a satisfação e o júbilo de reconhecer que a liderança de Brasília pode ser representada em todos os seguimentos empresariais e culturais no Brasil e no mundo.

No mercado rápido de hoje em dia, as organizações precisam cada vez mais de alguém com capacidade para impulsionar os outros, com capacidade de liderança: de um líder. A capacidade de liderança não é algo místico, é um conjunto de capacidades que pode e deve ser aprendido.

Há muitas outras razões porque apresento a presente proposição. Todavia, a vida do Senhor Rômulo Mendonça de Oliveira por si só já o qualifica para receber esta tão honrosa homenagem da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

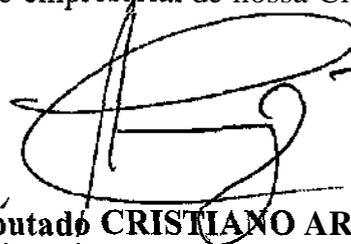
Ademais, Brasília é sua inspiração de vida, é nos dada à oportunidade de reconhecer a dedicação deste homem e o amor demonstrado por Brasília, a cidade que é seu orgulho.

Por essas e por outras razões, conto com o apoio unânime dos colegas deputados na aprovação deste Projeto de Decreto Legislativo, que homenageia um dos mais respeitados e influentes homens de nosso Capital, Rômulo Mendonça de Oliveira.

Reconhecê-lo como legítimo Cidadão de Brasília, é reconhecer a sua atuação benéfica em favor da promoção cultural e empresarial de nossa Cidade.

Sala das Sessões, em


Deputado **AYLTON GOMES**
Autor


Deputado **CRISTIANO ARAÚJO**
Autor



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

I

IND 1354 /2007

INDICAÇÃO Nº _____, DE 2007
(Deputada LUZIA DE PAULA - PSL)

Sugere ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, a Instalação de Paradas de Ônibus Cobertas ao longo da BR - 070, compreendendo as RA's IX - Ceilândia e III - Taguatinga.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Poder Executivo, através da Secretaria de Estado de Infra-Estrutura e Obras, a Instalação de Paradas de Ônibus Cobertas ao longo da BR - 070, compreendendo as RA's IX - Ceilândia e III - Taguatinga.

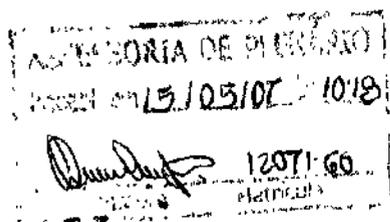
JUSTIFICAÇÃO

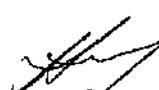
A presente indicação tem por objetivo a construção de paradas de ônibus cobertas, bem como a substituição das já existentes ao longo da BR - 070.

A solicitação se faz necessária, pois os usuários do transporte público do Distrito Federal, precisamente ao longo da BR - 070, estão sujeitos, dentre outros percalços, às chuvas, rotineira em determinados períodos do ano. A inexistência das referidas paradas causa constrangimento aos usuários, haja vista que chegam, por diversas vezes, ensopados em seus locais de trabalho.

Em face do exposto, rogo aos Nobres Pares o apoio para a aprovação desta Indicação.

Sala das Sessões, em.....de.....2007




LUZIA PÉ PAULA
Deputada Distrital



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS - PMDB

Em 15/05/07
Assinatura de Plenário

INDICAÇÃO Nº **IND 1355 /2007**, 2007
(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Obras do Distrito Federal, que promova a implantação de infra-estrutura no Setor de Múltiplas Atividades do Gama -SMA da Região Administrativa do Gama - RA II.

Excelentíssimo Senhor Presidente da CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Obras do Distrito Federal, que promova a implantação de infra-estrutura no Setor de Múltiplas Atividades do Gama -SMA da Região Administrativa do Gama - RA II.

JUSTIFICAÇÃO

Ao Poder Executivo compete garantir o bem-estar da população através de políticas públicas de geração de emprego e renda, bem como fornecer condições para o desenvolvimento das atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal.

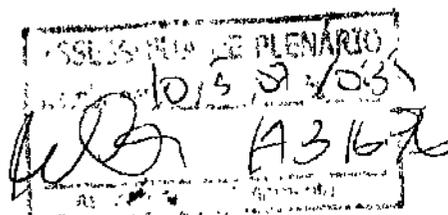
As microempresas e as empresas de pequeno porte exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura produtiva da economia brasileira, em função do grande número de firmas existentes e do expressivo volume do pessoal ocupado; donde se atribui a essas empresas grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna.

Esforços contínuos devem ser envidados na concretização desse ideal. Por isso, urge que as autoridades competentes encaminhem as providências necessárias para a implementação de infra-estrutura naquele Setor, tendo em vista que a Administração do Gama aguarda as supracitadas providências para emitir o alvará de construção.

Sendo este pleito de relevante interesse público, proponho aos nobres pares a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em maio de 2007

DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR



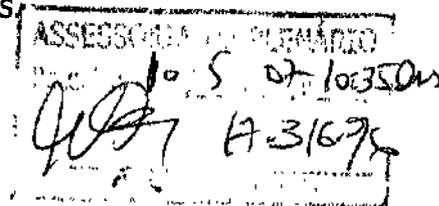


IND 1350 /2007

INDICAÇÃO Nº /2007
(Do Senhor Deputado PEDRO PASSOS)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Segurança de Segurança Pública do Distrito Federal, que providencie o aumento do efetivo da Polícia Militar em serviço no Posto Policial localizado na quadra 09 lote 16 do Setor Leste do Gama, da Região Administrativa do Gama - RA II.

Excelentíssimo Senhor Presidente da CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, nos termos do art. 143, do Regimento Interno desta Casa, sugere ao Excelentíssimo Secretário de Estado de Segurança de Segurança Pública do Distrito Federal, que providencie o aumento do efetivo da Polícia Militar em serviço no Posto Policial localizado na quadra 09 lote 16 do Setor Leste do Gama, tendo em vista a necessidade de policiamento ostensivo naquela região no período de 24 horas.



JUSTIFICAÇÃO

A comunidade do Gama pleiteia a implantação de políticas públicas de segurança visando a melhoria da qualidade de vida da população naquela localidade. A população está amedrontada e aflita, pois a presença de marginais torna-se cada vez mais freqüente.

Além disso, para fazer frente ao aumento da violência e marginalidade, é preciso que o Poder Público esteja atento para a **destinação** de recursos públicos específicos para o **aparelhamento** das Polícias Civil e Militar.

A presente Indicação ampara-se nas reivindicações da população, que sofre com a constante ocorrência de crimes e a omissão dos órgãos responsáveis pela resolução desses graves problemas.

O Posto Policial deveria funcionar com efetivo mínimo de Policiais para garantir o seu funcionamento em horário integral. As reclamações dos moradores daquela comunidade é constante, pela falta de Policiais quando solicitados e principalmente no horário noturno. Neste sentido gostaríamos de parabenizar os Srs. Manoel de Oliveira Saraiva e Bruno Leonardo Martins Saraiva, líderes comunitários do Setor Leste, pela constante defesa dos interesses daquela comunidade.

Sendo este pleito de relevante interesse público, proponho aos nobres pares a aprovação da presente Indicação.

Ao Poder Executivo compete garantir a Segurança e o bem-estar da população através de políticas públicas de geração de emprego e renda, bem como fornecer condições para o desenvolvimento das atividades econômicas no âmbito do Distrito Federal.



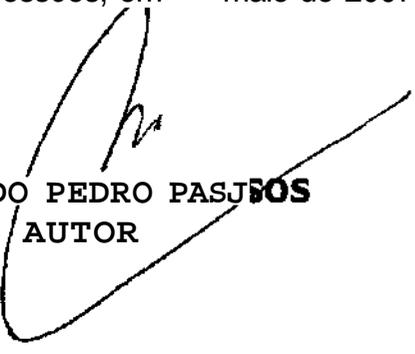
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO PEDRO PASSOS - PMDB

As microempresas e as empresas de pequeno porte exercem um papel importantíssimo dentro da estrutura produtiva da economia brasileira, em função do grande número de firmas existentes e do expressivo volume do pessoal ocupado; donde se atribui a essas empresas grande influência para a criação de novas oportunidades de negócios, absorção de mão-de-obra e aumento da renda interna.

Esforços contínuos devem ser envidados na concretização desse ideal. Por isso, urge que as autoridades competentes encaminhem as providências necessárias para a implementação de infra-estrutura naquele Setor, tendo em vista que a Administração do Gama aguarda as supracitadas providências para emitir o alvará de construção.

Sendo este pleito de relevante interesse público, proponho aos nobres pares a aprovação da presente Indicação.

Sala das Sessões, em maio de 2007


DEPUTADO PEDRO PASSOS
AUTOR

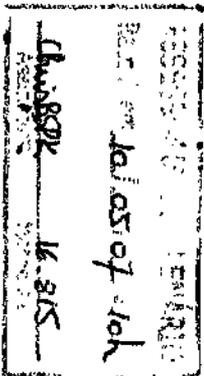
L. D. O.
Em 15-05-07
Chico
Assessoria do Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

INDICAÇÃO N* MD 1357 /2007
(Do Senhor Deputado Chico Leite)



Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a ampliação do Hospital Regional de Samambaia, na Região Administrativa de Samambaia - RA XII.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art.143 de seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a ampliação do Hospital Regional de Samambaia, na Região Administrativa de Samambaia - RA XII.

JUSTIFICAÇÃO

A cidade de Samambaia abriga hoje uma população de mais de duzentos mil habitantes e enfrenta, assim como toda a rede de saúde pública do Distrito Federal, uma crise sem precedentes nessa área, agravada com a falta de estrutura tanto física como de material nos hospitais da rede pública.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

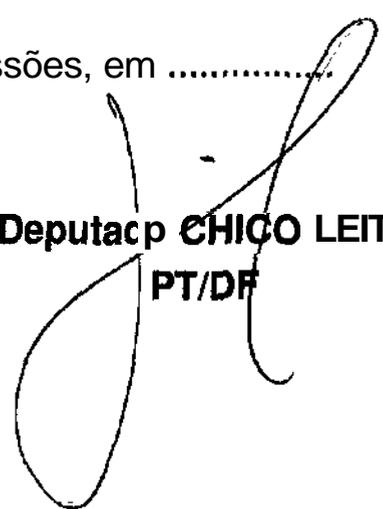
GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

Naquela cidade, a situação se agrava com o pouco espaço físico existente no hospital regional da região, incapaz de absorver toda a demanda da crescente população, principalmente por tratar-se de comunidade carente, que não tem outra alternativa a não ser recorrer à rede pública.

Nesse sentido, a comunidade de **Samambaia** reivindica a ampliação do Hospital Regional da cidade, como forma de poderem usufruir de um atendimento mais digno, sem a necessidade de enfrentar longas e demoradas filas e muitas vezes voltar para casa sem atendimento algum.

Diante do exposto, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do Senhor Secretário de Saúde do Distrito Federal a ampliação do Hospital Regional de **Samambaia**, atendendo, assim, o justo pleito de toda a comunidade daquela cidade.

Sala das Sessões, em



Deputado CHICO LEITE
PT/DF

Em 15/05/07
 L. D. D.
 [Assinatura]
 Presidente do Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

INDICAÇÃO Nº **IND 1358 /2007**
 (Do Senhor Deputado Chico Leite)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Trânsito do Distrito Federal a colocação de barreiras eletrônicas nas vias de acesso da Granja do Torto para a rodovia Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA).

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Trânsito do Distrito Federal a colocação de barreiras eletrônicas nas vias de acesso da Granja do Torto para a rodovia Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA).

JUSTIFICAÇÃO

A comunidade residente na Granja do Torto consiste em uma população estimada em mais de quatro mil e quinhentas famílias.

Ressaltam que a falta de sinalização ou de algum instrumento que iniba o excesso de velocidade nas vias de acesso daquele setor à via EPIA tem causado graves acidentes na localidade.

Reivindicam, portanto, a colocação de barreiras eletrônicas naquelas vias, a fim de preservar vidas de inocentes, ceifadas muitas vezes, pela imprudência de alguns motoristas.

Diante do exposto, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Trânsito, a

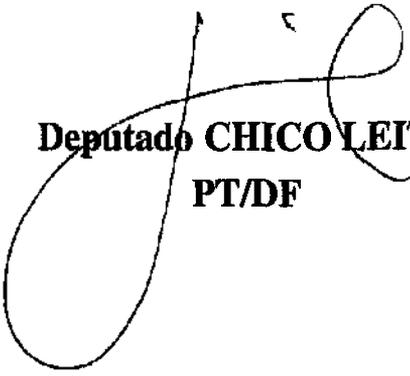


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

adoção das medidas necessárias, no sentido de **atender**, com a maior brevidade possível, o justo pleito da comunidade da Granja do Torto.

Sala das Sessões, em


Deputado CHICO LEITE
PT/DF

Em 15^o DO 05 07
Chico Leite
 SECRETARIA DE FINANÇAS

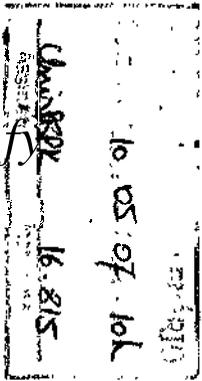


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

INDICAÇÃO Nº IND 1859 /2007
(Do Senhor Deputado Chico Leite)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do Departamento de Trânsito do Distrito Federal, reduzir o limite de velocidade do trânsito sobre a ponte da Barragem do Paranoá, bem como melhorar a sinalização no setor.



A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art.143 de seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, reduzir o limite de velocidade sobre a ponte da Barragem do Paranoá e melhorar a sinalização no setor.

JUSTIFICAÇÃO

Os motoristas que trafegam pelo trecho da rodovia que passa sobre a ponte da Barragem do Paranoá estão preocupados com os constantes acidentes que ocorrem naquele local cuja pista apresenta várias sinuosidades.

Por isso vêm solicitar que o DETRAN altere a velocidade daquele setor para 50 km/h, bem como melhore a sinalização, tanto horizontal quanto vertical, a fim de evitar acidentes, inclusive com vítimas fatais.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

Portanto, para que os motoristas possam se sentir mais seguros ao trafegarem pela via da barragem do **Paranoá**, necessitam que o GDF, por intermédio do Departamento de **Trânsito**, proceda com a melhoria da sinalização de trânsito daquela localidade e altere o limite de velocidade daquela rodovia para 50 km/h.

Diante do exposto, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito **Federal**, por intermédio do Departamento de Trânsito, a adoção das medidas necessárias, no sentido de atender, com a maior brevidade possível, ao justo pieito dos cidadãos motoristas que trafegam diariamente pela rodovia da barragem do Paranoá.

Sala das Sessões, em

Deputado CHICO LEITE
PT/DF

L. D. O.
em 15.05.07
Chico
Assessoria de Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

INDICAÇÃO Nº **IND 1360 /2007**
(Do Senhor Deputado Chico Leite)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a implantação de clínicas especializadas em Geriatria, Endocrinologia, Cardiologia, pediatria e Ortopedia no Hospital Regional de Samambaia, na Região Administrativa de Samambaia - RA XII.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art.143 de seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a implantação de clínicas especializadas em Geriatria, Endocrinologia, Cardiologia, pediatria e Ortopedia no Hospital Regional de Samambaia, na Região Administrativa de Samambaia - RA XII.

JUSTIFICAÇÃO

A cidade de Samambaia abriga hoje uma população de mais de duzentos mil habitantes e enfrenta, assim como toda a rede de saúde pública do Distrito Federal, uma crise sem precedentes nessa área,



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

agravada com a falta de estrutura tanto física como de material e de profissionais da saúde, tais como médicos geriátricos, endocrinologistas, cardiologistas, pediatras, ortopedistas, dentre outros nos hospitais da rede pública, em especial no Hospital Regional de Samambaia.

Diante disso, a comunidade de Samambaia, através da Associação dos Diabéticos de Samambaia, tendo em vista a precariedade no atendimento e insuficiência de clínicas especializadas no Hospital Regional daquela cidade, reivindica a instalação de clínicas geriátricas, endocrinológicas, cardiológicas, pediátricas e ortopédicas naquele Hospital público.

A iniciativa em epígrafe está respaldada na Constituição Federal, consoante o art. 196, *in verbis*:

Art. 196. A saúde é um direito de todos e dever de Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Portanto, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal a adoção das medidas cabíveis no sentido de atender ao justo pleito da comunidade de Samambaia.

Sala das Sessões, em

Deputado CHICO LEITE
PT/DF



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

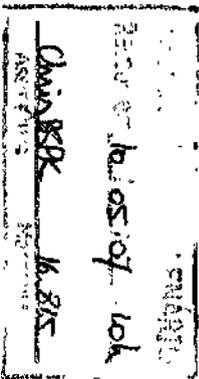
L! 0 0
Em 15 05 07
Chico Leite
Assessoria de Planejamento

IND 1361/2007

INDICAÇÃO Nº

(Do Senhor Deputado Chico Leite)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a lotação de pelo menos quatro médicos, na especialidade de clínica-geral, e quatro médicos, na especialidade de endocrinologia, para cada posto de saúde da Região Administrativa de Samambala - RA XII.



A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a lotação de pelo menos quatro médicos, na especialidade de clínica-geral, e outros quatro médicos, na especialidade de endocrinologia, para cada posto de saúde da Região Administrativa de Samambaia - RA XII.

JUSTIFICAÇÃO

Com uma população estimada em mais de duzentos mil habitantes, a cidade de Samambaia ressenete com a falta de investimentos do Poder Público nas áreas essenciais de educação e saúde.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

Na esfera do atendimento médico dos postos de saúde da cidade de Samambaia, há carência de profissionais de medicina nas especialidades de clínica-geral e dermatologia, em virtude do número significativo de pacientes diabéticos.

Diante disso, a comunidade de Samambaia, através da Associação dos Diabéticos de Samambaia, vem reivindicar que, em cada posto de saúde da região de Samambaia esteja sempre a disposição 04 (quatro) Clínicos-Gerais e 04 (quatro) Endocrinologistas, como forma de minimizar a dor e a angústia desses que tanto necessitam de amparo de saúde pública preventiva.

O pleito em referência, além da significância moral, tem sua importância dentro das normas programáticas da nossa "Constituição Cidadã", consoante regra disposta no art. 196, *in verbis*:

Art. 196. A saúde é um direito de todos e dever de Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação".

Portanto, sugere-se ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a adoção das medidas cabíveis no sentido de atender ao justo pleito da comunidade de Samambaia.

Sala das Sessões, em

Deputado CHICO LEITE
PT/DF

Em 15.05.07

Assessoria do Plenário



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

INDICAÇÃO Nº **IND 1362 /2007**

(Do Senhor Deputado Chico Leite)

Sugere ao **Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal**, por Intermédio da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, a construção de abrigo na parada de ônibus das Quadras QN 402/404, na Região Administrativa de Samambaia – RA XII.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 do seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal, a construção de abrigo na parada de ônibus das Quadras QN 402/404, na Região Administrativa Samambaia – RA XII.

JUSTIFICAÇÃO

Os moradores das Quadras QN 402/404 e adjacências de Samambaia reivindicam a instalação de abrigos nas paradas de ônibus dessas quadras. Alegam que são **submetidos**, diariamente, às intempéries do tempo ao se deslocarem para o trabalho.

Portanto, para que a população possa usufruir de uma melhor qualidade de vida traduzida em conforto e segurança, **necessita**, urgentemente, que o GDF conclua toda infra-estrutura da cidade, especialmente a construção de abrigos nas paradas de ônibus.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

Diante do **exposto**, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes, a adoção das medidas **necessárias**, no sentido de atender, com a maior brevidade **possível**, o justo pleito da comunidade de Samambaia.

Sala das Sessões, em


Deputado **CHICO LEITE**
PT/DF

Em 15.05.07
 [Assinatura]
 Assessor do Gabinete



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

INDICAÇÃO Nº 1363 /2007
(Do Senhor Deputado Chico Leite)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a construção de uma Unidade Mista de Saúde na QR 202, entre o Fórum e a Administração Regional de Samambaia – RA XII.

Chico Leite
 10.05.07. 10h
 16.815

A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, a construção de uma Unidade Mista de Saúde na QR 202, entre o Fórum e a Administração Regional de Samambaia – RA XII.

JUSTIFICAÇÃO

A solução dos problemas de infra-estrutura, sabe-se, é condição imprescindível para a melhoria do bem estar da população, pois permite que todos tenham acesso aos serviços públicos básicos e primários de saúde, eletricidade, transportes urbanos e de saneamento.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE – PT

A cidade de Samambaia **conta, hoje**, com mais de duzentos mil habitantes, sendo grande maioria de baixo poder aquisitivo. Com efeito, esses moradores menos favorecidos dependem diretamente dos serviços prestados pelo **Estado**, dos quais a saúde é a mais importante.

Nessa esfera, a estrutura hospitalar da cidade de Samambaia mostra-se ineficiente ao fim que se destina. Apresenta-se deficitária, comprometendo diretamente o bem-estar e a qualidade de vida daquelas pessoas que ali residem.

Nesse contexto, a comunidade de Samambaia reivindica a construção de uma Unidade Mista de Saúde na QR 202, entre o Fórum e a Administração da Cidade, em local já destinado para esse tipo de atividade.

Diante do exposto, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio do Senhor Secretário de Saúde do Distrito Federal, a construção da Unidade de Saúde em Samambaia, atendendo, assim, o justo pleito de toda a comunidade daquela cidade.

Sala das Sessões, em

Deputado CHICO LEITE
PT7DF



LIDO
Em 15 05 07
Chico Leite
Assessoria do Proprietário

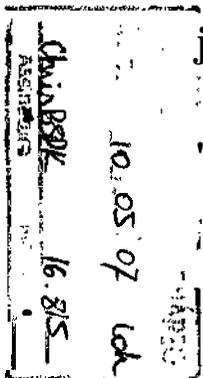


CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

INDICAÇÃO Nº IND 1364 /2007
(Do Senhor Deputado Chico Leite)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal a criação de linha de ônibus com itinerário Granja do Torto à Esplanada dos Ministérios (eixo monumental) e Asa Sul.



A Câmara Legislativa do Distrito Federal, nos termos do art. 143 de seu Regimento Interno, sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Transportes do Distrito Federal a criação de linha de ônibus ligando a Granja do Torto à Esplanada dos Ministérios e Asa Sul.

JUSTIFICAÇÃO

A comunidade residente na Granja do Torto se constitui, hoje, em mais de 4.500(quatro mil e quinhentas) famílias na maioria usuária do transporte público.

Reivindicam a criação de linhas de ônibus ligando aquele setor à Esplanada dos Ministérios e a Asa Sul, haja vista contarem, atualmente, com apenas uma linha fazendo o percurso até a rodoviária e vice-versa.

Diante do exposto, sugerimos ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Transportes a adoção das



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO DEPUTADO CHICO LEITE - PT

medidas necessárias, no sentido de atender, com a maior brevidade possível, o justo pleito de toda a comunidade da Granja do Torto,

Sala das Sessões, em

Deputado **CHICO** LEITE
PT/DF

LIDO
Em 15/05/07
[Handwritten signature]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RÔNEY NEMER

IND 1365 /2007

INDICAÇÃO Nº
(Do Senhor Deputado RÔNEY NEMER)

Sugere ao Senhor Secretário de Estado de Infra Estrutura e Obras do Distrito Federal a Construção da Praça de Esportes na Quadra 509, entre os Conjuntos 10/14 na Cidade do Recanto das Emas - RA XV.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 143, do Regimento Interno, solicito manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação desta **"INDICAÇÃO"**, para sugerir ao Senhor Secretário de Estado de Infra Estrutura e Obras do Distrito Federal a **Construção da Praça de Esportes na Quadra 509, entre os Conjuntos 10/14 na Cidade do Recanto das Emas - RA XV.**

[Handwritten signature]
10/5/07 9:45



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RÔNEY NEMER

JUSTIFICAÇÃO

A presente indicação tem a finalidade de dar ao esporte amador do Recanto, uma atuação digna de suas aspirações. Com um bom espaço, o esporte amador de Santa Maria tende a crescer vertiginosamente.

Com a construção de praças de esportes, os amantes do futebol, vôlei, basquete, handebol, etc., terão um local para decidir os rumos desse esporte na cidade do Recanto. Com uma praça de esporte, atuante, a população local só tem a ganhar, pois o esporte tem a capacidade de provocar mudanças, salutares, nas sociedades.

Porquanto, pugno aos nobres pares pela aprovação da respectiva Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2007


RÔNEY NEMER
Deputado Distrital



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RÔNEY NEMER

IND 1386 /2007

INDICAÇÃO Nº
(Do Senhor Deputado RÔNEY NEMER)

Sugere ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a Construção de Posto Policial na Quadra 509 da Cidade do Recanto das Emas - RA-XV.

Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Nos termos do artigo 143, do Regimento Interno, solicito manifestação da Câmara Legislativa do Distrito Federal, mediante aprovação desta **"INDICAÇÃO"**, para sugerir ao Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal a **Construção de Posto Policial na Quadra 509 da Cidade do Recanto das Emas - RA-XV.**

Assessoria de Planejamento
15.05.07
[Assinatura]
Assessoria

[Assinatura]



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO RÔNEY NEMER

JUSTIFICAÇÃO

Uma das funções basilares de um Estado, é a garantia da segurança de seus cidadãos. Neste sentido, é que se propõe esta indicação, que tem o firme propósito de levar aos moradores do Recanto das Emas, mais segurança e tranqüilidade.

A construção dos aludidos postos policiais, sem a menor dúvida, trará aos moradores da Q. 509 e imediações, uma maior segurança, pois, é público e notório que a presença ostensiva da Polícia Militar nas ruas inibe a ação dos meliantes.

A presença da Polícia Militar nestas áreas, com a construção do posto policial, deixará os moradores da aludida quadra mais aliviados e mais seguros.

Porquanto, pugno aos nobres pares pela aprovação da respectiva Indicação.

Sala das Sessões, em de de 2007


RÔNEY NEMER
DEPUTADO DISTRITAL



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

1

RQ 293 /2007

REQUERIMENTO NO DE 2007
(Da Senhora Deputada LUZIA DE PAULA)

Requer informações a respeito do fornecimento do kit de teste para detecção da Doença **Celiaca** - DC ao Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeremos a Vossa Excelência - nos termos do art. 145, XIX, que seja solicitado do Secretário de Estado de Governo as seguintes informações.

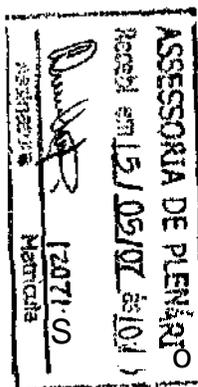
1 - Motivo do cancelamento no fornecimento do kit para teste de detecção da Doença Celiaca - DC a Fundação Hospitalar do Distrito Federal - FHDF e ao Hospital Universitário de Brasília - HUB.

2 - O fornecimento de tais informações deverá estar fundamentadas em provas documentais que justifiquem tais motivos.

JUSTIFICAÇÃO

Tal iniciativa se **justifica**, tendo em vista o risco da não detecção da Doença Celiaca - DC, pois o exame é imprescindível para o início do tratamento que **consiste** na dieta isenta de glúten.

Embora o tratamento seja simples, o mesmo não pode ser iniciado antes da confirmação da doença, **pois** corre-se o risco de mascará-la, prejudicando assim o diagnóstico. Trata-se de uma doença sem cura, mas controlável após o seu diagnóstico, tem como sintomas clássicos: Diarréia crônica, **distensão** abdominal e **desnutrição**. Entretanto, outros sintomas podem estar presentes, como a dor





abdominal, vômitos, constipação intestinal (prisão de ventre), irritabilidade, anorexia, baixa estatura, **aftas** de repetição, dores nas **articulações**, alterações na pele, **osteoporose** e câncer do intestino, entre outros.

De 1998 a 2006 este kit era comprado pelos professores e pesquisadores da UnB, e os exames eram realizados sem custo para os pacientes do Hospital Universitário de Brasília - HUB e Fundação Hospitalar, a partir de 2006, esta compra ficou a cargo do HUB, que por motivo de crise administrativa e ou financeira, não mais tem comprado os referidos **kit's**, **impossibilitando** o diagnóstico da doença, bem como do **controle** da mesma aos que já possuem o diagnóstico.

Sala das Sessões, em.....


Deputada **LUZIA DE PAULA**
Autora



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Em 15/05/07
L D O
1207/07
Assessoria de Planejamento

AQ 294 /2007

REQUERIMENTO Nº
(Do Senhor Deputado Cabo Patrício)

Requer informações ao Senhor Secretário de Desenvolvimento Urbano Habitação e Meio Ambiente do DF sobre as autorizações e contratos para exploração de áreas públicas por empresas de estacionamento privado no DF.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Solicito, nos termos do art. 40 do Regimento Interno desta Casa, que seja enviado o presente Requerimento de Informações ao Secretário de Desenvolvimento Urbano Habitação e Meio Ambiente do DF, com as seguintes indagações:

1. Quantas áreas públicas no DF são atualmente utilizadas por empresas de estacionamento privado de veículos automotores?
2. O Governo do Distrito Federal realizou licitação para a concessão da exploração dessas áreas? Em caso negativo, em que condição tais áreas foram concedidas?
3. Quantas empresas exploram atualmente tais serviços no DF?
4. Estas empresas estão legalmente constituídas e recolhendo impostos sobre sua atividade?

Assessoria de Planejamento
Recebido em 09/05/07 às 9:45
1207/07
Assessoria

Patrício



5. Foram firmados contratos com essas empresas? Em caso afirmativo, quais os números desses contratos e as datas de publicação no DODF?

6. A Secretaria tem conhecimento de alguma área privada com destinação diversa que venha sendo utilizada por empresas de estacionamento privado de veículos automotores?

JUSTIFICAÇÃO

O problema da falta de estacionamentos para veículos automotores no Distrito Federal assumiu proporções alarmantes. Por conta disso, apresentei recentemente, à Comissão de Segurança da Casa, o Requerimento nº 03/2007, que pedia a realização de Audiência **Pública** para debater a matéria.

A Audiência Pública foi realizada pela Comissão de Segurança em 03 de maio do corrente e contou com a participação do Subsecretário de Controle Urbano da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente do DF, Senhor Danilo Aucélio, do Diretor-Geral do Detran-DF, Senhor Délio Cardoso, do Administrador de Brasília, Senhor Ricardo Pires, do representante da CUT-DF, João Lopes, do Diretor do Sindicato dos Bancários, Rodrigo Brito, além da Deputada **Erika Kokay**.

Tivemos a oportunidade de ouvir ali, também, o ponto de vista de segmentos como o Sindicato dos Arquitetos, Conselhos Comunitários e Prefeitos de quadras residenciais,

Nessa Audiência, colhemos um conjunto significativo de propostas visando ao **equacionamento do problema**, de onde se destaca a idéia de retomar as discussões de grupo de trabalho constituído pela Secretaria de **Desenvolvimento**



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Urbano, no ano passado, com a participação de representantes dos diversos segmentos **envolvidos**.

Como se não bastasse a já precária oferta de vagas para veículos no DF, ainda convivemos com a privatização a custo zero de áreas públicas destinadas a estacionamentos, o que ocorre tanto informalmente, nos casos de empresas que ocupam às vezes dezenas de vagas com veículos de sua propriedade, como também por meio de estacionamentos tornados irregularmente exclusivos para um ou outro segmento da sociedade.

O mesmo problema temos verificado em estacionamentos privados localizados nas cercanias das instituições de ensino superior do DF, alguns claramente funcionando em área pública.

f
É para contribuir com a normalização dessa situação que apresentamos o presente Requerimento, com o intuito de reunir informações indispensáveis ao oferecimento de sugestões, pelo Poder Legislativo, para o equacionamento desse problema tão **candente** para a população do DF.

Além das questões relacionadas à segurança no trânsito da população, essas informações dizem respeito ao uso racional dos recursos públicos do Distrito Federal, matéria sujeita à fiscalização e ao controle desta Casa.

Dada a relevância social e econômica do tema é que solicitamos as informações mencionadas.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 2007.


DEPUTADO CABO PATRÍCIO



Em 15/05/07
LIDO
Está
Assinatura do Presidente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AYLTON GOMES - PMN

RQ 295/2007

REQUERIMENTO Nº _____
(Dos Srs. Deputados AYLTON GOMES - PMN E CRISTIANO ARAÚJO -PTB)

Requer a realização de Sessão Solene no dia 20 de setembro do corrente ano, às 19hs, no Plenário desta Casa, a fim de comemorar a Data Máxima dos Gaúchos que é o dia 20 de setembro, Dia Comemorativo da REVOLUÇÃO FARROUPILHA.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

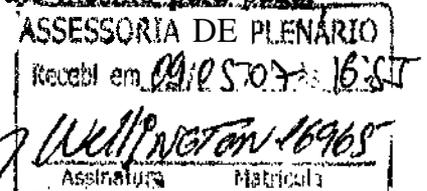
Nos termos dos art. 99, inciso IV, art. 124 e art. 145, inciso V, do Regimento Interno desta Casa, requiro a Vossa Excelência, a realização de Sessão Solene no dia 20 de setembro do corrente ano, às 19h00 no Plenário desta Casa, a fim de comemorar a Data Máxima dos Gaúchos que é o dia 20 de setembro, Dia Comemorativo da **REVOLUÇÃO FARROUPILHA.**

JUSTIFICAÇÃO

A Revolução Farroupilha, iniciada em 20 de setembro de 1835, e que durou cerca de 10 anos, envolveu em sucessivos e espetaculares combates, segundo os historiadores, cerca de 20 mil homens e mulheres em luta, resultando na morte heróica de aproximadamente 3.500 pessoas, em sua maioria revolucionários.

Unindo e mobilizando os farrapos, sob a liderança de homens e mulheres do porte de Bento Gonçalves, Giuseppe Garibaldi, David Canabarro, Antônio da Silva Neto, Domingos Crescêncio e Anita Garibaldi, estava o sentimento de rebeldia contra a centralização do Poder Federal, que se manifestava, de forma especial, na espoliação econômica da região.

Entre as principais causas do levante, estavam a penalização dos produtos agropecuários, especialmente o charque, com altos impostos e, também, a expropriação e desvio dos recursos acumulados no Estado, até mesmo para pagar dívidas federais junto à Inglaterra.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AYILTON GOMES - PMN

Mas, além disso, a Revolução Farroupilha transformou-se em um momento de construção e afirmação dos princípios sociais, políticos, econômicos, culturais, e, talvez, principalmente ideológicos, que orientam a sociedade gaúcha até hoje. Apesar da guerra, do ataque constante do poder imperial, os rebeldes farrapos mantiveram a atividade econômica, desenvolveram as estruturas de poder, tanto civil quanto militar, e introduziram revolucionárias práticas democráticas.

No dia 13 de dezembro de 1964, através da Lei 4.850, a Assembléia Estadual do Rio Grande do Sul oficializou a ronda gaúcha, com o nome de Semana Farroupilha. O período de comemoração passou a ser de uma semana, do dia 14 à 20 de setembro. Em 1996, através de lei federal, o dia 20 de setembro foi oficializado o dia do gaúcho ou dia da liberdade, no qual são homenageados os heróis da Revolução Farroupilha.

As palavras do historiador Darcy Azambuja assim descrevem aquele movimento:

"A Revolução Farroupilha, nas suas verdadeiras características, foi um fenômeno brasileiro, simplesmente enquadrável na evolução liberal e democrática da Nação. Demonstra que sua causa mais profunda foi um impulso para a descentralização administrativa e política, isto é, para a Federação. E que essa tendência é congênita à nossa organização como povo independente e reside no íntimo de todos os grandes movimentos da História nacional. Evidencia que a Revolução de 1835 não foi separatista, tendo a separação transitória constituído apenas o meio, o caminho para atingir a federação, e como esta se tornara inconciliável com o Império, a separação se fez com a República de Piratini. Foi antes de tudo um exemplo, um apelo ao povo brasileiro, só atendido em 1889, com a República Federativa".

De fato, depois que se consolidou o Movimento Tradicionalista no Rio Grande do Sul, generalizou-se nos Municípios gaúchos a instituição da "Semana Farroupilha", com evocação dos fatos da sua História, com apresentação de dança e música, violão e gaita, poetas e trovadores; tudo sob o vigor dos lenços esvoaçando e dos gestos barulhentos, que lembram o alvoroço de antigas clarinadas.

Todos os anos, o 20 de setembro há de ressoar também aqui, como evocação de um passado de nobreza e honra. E há de ressoar, ainda, como gesto de solidariedade aos brasileiros que lá, no Rio grande mesmo, reverenciam, com emoção, o velho e querido pavilhão farroupilha.



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO AYLTON GOMES - PMN**

Como ponto máximo, encerrando as comemorações, os desfiles a cavalo ou em charretes reúnem em todo o Estado milhares de gaúchos, trajando as vestimentas típicas - os homens: bombachas, botas, lenços e chapéus de aba larga; as mulheres: vestidos de prenda, rodados e coloridos, e com belas flores nos cabelos.

Em clima de união, de clamor cívico e consciência viva, os gaúchos dão uma profunda demonstração de igualdade, integração do campo e da cidade e de respeito a sua história, reverenciando seus antecedentes, unindo gerações e vislumbrando o futuro.

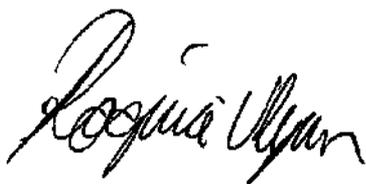
É importante destacar que as comemorações da Revolução Farroupilha integram os **rio-grandenses** de todas as origens - sejam alemães, italianos, poloneses, árabes, negros, judeus, japoneses e demais raças - que, sem abdicar de sua própria cultura, encontram-se perfeitamente integrados com os valores da tradição gaúcha.

Portanto, a data lembra, com serenidade e orgulho, a Revolução Farroupilha, marco que até hoje sustenta a tradição e a cultura do povo-riograndense.

Sala das Sessões, em.


Deputado **AYLTON GOMES**
Autor

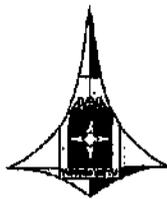

Deputado **CRISTIANO ARAÚJO**
Autor



DATA RESERVADA NA AGENCIA
GERAL DE EVENTOS 20.09.17
HORA: 21 LOCAL: SP.


Paulo **Barbosa de Melo**
Assistente Legislativa - Cerimonial
Matr 11.680-40

L I D O
Em 15 05 07
Estevão
Assessoria de Gabinete



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DEPUTADO CABO PATRÍCIO**

RQ 296 /2007

**REQUERIMENTO Nº
(Do Deputado Cabo Patrício)**

Assessoria de Gabinete
Recebido em 07/05/2007 às 14h30
§ 23.243.2
Assinatura

Requer o encaminhamento de solicitação de informações ao Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

Requeiro, nos termos do art. 60, inciso XXXIII e art 155, da Lei Orgânica do Distrito Federal e do art.129, inciso VIII, e art. 145, inciso XIX, do Regimento Interno, que sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal as seguintes informações:

1) No período de 1999 a 2003, a Polícia Militar do DF concedeu algum auxílio financeiro ou verba de subvenção social ao Clube dos Oficiais da PMDF? Em caso afirmativo, favor enviar a este Gabinete:

- a) cópia integral do processo que fundamentou a concessão;
- b) especificar, para cada ano, o programa de trabalho, os valores e a natureza da despesa dos recursos repassados;
- c) Quais fundamentos legais justificaram a concessão do recurso?

2) Da Lei Orçamentária para 2007 (Lei nº 3.934, de 29 de dezembro de 2006) consta a dotação de R\$ 845.500,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil e quintos reais) para o Programa de Trabalho 06.181.2600.1984.2531 - Conclusão das obras do Clube dos Oficiais da PMDF.

- a) Quais ações já foram tomadas pelo Comando da PMDF com o objetivo de executar essa ação?
- b) Requeremos cópia integral do processo, inclusive cópia do projeto arquitetônico de conclusão da obra e do cronograma físico-financeiro de sua execução.
- c) Quais fundamentos legais justificam a execução da obra?

Patrício

JUSTIFICAÇÃO

No Editorial do Clube de Oficiais da PMDF - COPMDF, constante na primeira página da revista da COPM (órgão oficial de divulgação do clube dos oficiais da Polícia militar do Distrito Federal) de Ano I e Edição nº 2, o Presidente da entidade informou que "No final do ano passado conseguimos que, no orçamento do GDF, o Clube dos Oficiais fosse contemplado com uma verba de R\$ 845.000,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil reais) a serem **utilizados** em edificações e obras. A nossa meta principal é a construção da tão sonhada sede social e o hotel de trânsito do Clube".

Considerando que os postos **policiais**, os quartéis e as acomodações dos policiais militares se encontram em péssimo estado de conservação, com sérios problemas de infra-estrutura, não nos parece razoável destinar verba pública para entidade de direito privado que não oferece nenhuma contrapartida à população do DF.

Assim, requeremos as informações acima especificadas para fiscalizar se essa destinação tem fundamento legal e dar publicidade dos atos do Comando da PMDF à toda a população distrital.

Sala das sessões emde março de 2007


CABO PATRÍCIO
Deputado Distrital-PT



Clube dos Oficiais da
Polícia Militar do Distrito Federal

EXPEDIENTE

Presidente

Major Givaldo Florêncio da Silva

Vice Presidente

Major Robson R. dos Santos

Diretor Financeiro

Tenente Dlogo G. de Aguiar

Diretor Administrativo

Capitão Helenívio S. Dourado

Diretor de Esportes

Capitão Juarez T. Madureira Jr.

Diretor Sócio Cultural

Major Alexandre A. de O. Corrêa

Secretário Geral

Tenente Djalma R de Jesus

Diretor de Relações Públicas

Tenente Orlando C. V. Gomes

Distribuição gratuita: Oficiais Associados COPMDF a Unidades da PMDF, Assessoria da Comunicação do Gabinete do Governador do Distrito Federal, Ministérios da Justiça, Casa Civil, Ciência e Tecnologia, Cultura, Advocacia-Geral da União, Direitos Humanos, Especial da Políticas para Mulheres, Promoção da Igualdade Racial; Congresso Nacional, STJ, OAB, Secretaria da Segurança Pública do DF, Universidade de Brasília e Empresas cujas Publicidades são objeto de avaliação na Revista.

Empresas colaboradoras desta edição: Diprel - Segurança Integrada Ltda. • Man Cheri • Motel - Cristina Sabba - Mat. para construção Ltda. - Puro-Pano - Distribuidora de Tecidos União Ltda. - Ki-Café - "A Marca do Fêlão" - Bateral - Baterias



COPM em revista é editada
pela ECC Editora Técnica Fiscal Ltda.

Presidente

Elber Fernandes Carvalho

Diretor Executivo

Marcus A. M. da Silva

Comunicação

Cid Uma

Fotógrafos

Xico Lopes - Marcus Macedo

Relações Públicas

Marion Back da Silva - Gilberto da Silva

Assessoria Jurídica

David E. de Albuquerque - OAB-DF 5639-E

SECS Trecho D1 - Lote 03

Asa Sul - Brasília - DF - CEP 70200-001

Fone: (61) 3143-7769 - Fax: 3244-4566

Site: www.copmof.com.br

e-mail: comentarijstca@gmail.com

"Não nos responsabilizamos pelo conteúdo dos artigos assinados. Proibida a reprodução total ou parcial das matérias sem a autorização dos editores."

55

Os numerólogos consideram os números ímpares possuidores de poderes especiais. E dentre os números ímpares o número sete tem um significado especial; é o número de mudança. Coincidentemente 2007 começou como a mudança do executivo nacional e distrital e na esteira da renovação a nossa gloriosa corporação também mudou.

A expectativa de todos é que no bojo das mudanças nós passamos a ser beneficiados com a concretização de todos os nossos profetas nas esferas pessoal; familiar e profissional. Sem sombra de dúvida algumas variáveis têm que ser levadas em consideração para a consecução dos nossos objetivos.

Com relação ao governo federal que mantém a segurança pública no Distrito Federal, esperamos que nos seja favorável no repasse dos 14,4% do Fundo Constitucional para que o governo local viabilize o nosso, ansiosamente aguardado, aumento salarial. Isso porque já estamos enviando esforços para pleitear junto ao governo local às promessas de campanha que nos possibilitarão a diminuição das diferenças salariais com os outros órgãos do segmento de segurança pública do Distrito Federal, também a implantação da tão aguardada gratificação de risco de vida.

Na condução do comando da nossa corporação, o nosso comandante o Exmo Sr. Cel. Antônio José Serra Freixo tem deixado claro o seu desejo de fazer uma gestão voltada para possibilitar aos policiais militares ativos, reformados e pensionistas; entre outros benefícios a concretização da vila militar, a construção do hospital da PM e do Colégio Tiradentes. Tudo isso para que possamos exercer com cada vez mais afinco o nosso relevante papel de guardiões da segurança pública na capital.

No nosso clube, continuaremos com o nosso grande projeto de aumentar cada vez mais as possibilidades de propiciar lazer e conforto aos nossos associados. No final do ano passado conseguimos que, no orçamento do GDF, o Clube dos Oficiais fosse contemplado com uma verba de R\$ 845.000,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil reais) a serem utilizados em edificações e obras. A nossa meta principal é a construção da tão sonhada sede social e o hotel de trânsito do clube. Além disso, continuaremos enviando esforços no acompanhamento da construção do nosso Resort em Caldas Novas - GO, uma vez que a Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 01/abr/07; após equilibrada discussão, resolveu por continuar com o empreendimento.

E no social, já temos confirmado o tradicional baile de aniversário da PM no dia 11 de maio de 2007, um café da manhã no dia das mães com o sorteio de brindes e o baile em comemoração aos 40 anos do COPM, em 15 de setembro de 2007.

Tudo isso para que você sócio e seus convidados sintam cada vez mais orgulho em pertencer à família COPM.

Major Givaldo Florêncio da Silva

Presidente do COPM/DF



11.11.07



L D D
Em 15/05/07
Castro

CÂMARA LEGISLATIVA DO RQ 297 /2007 FEDERAL

REQUERIMENTO^o (Do Senhor Deputado Chico Leite)

Requer informações da Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:

Requeiro, em consonância com o que determina os incisos XVI e XXXIII do art. 60 da Lei Orgânica do Distrito Federal, **combinado** com o art. 15, inciso X do Regimento Interno desta **Casa**, informações da Excelentíssima Senhora MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO, Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal, para que preste todas as informações relativas aos contratos existentes entre a Secretaria de Estado de Educação e as empresas abaixo discriminadas.

As informações deverão contemplar respostas aos seguintes questionamentos e deverão, por conseguinte, vir acompanhadas de cópia(s) com inteiro teor e alterações dos contratos e documentos, por ventura, existentes:

1^a) A **Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal** mantém contrato de prestação ou execução de serviços com a empresa **MOURA TRANSPORTE ESCOLAR**, inscrita no CNPJ n.º. 01.028.067.000-105, estabelecida na **QI 33**, bloco "A", sala 207, Guará II - DF;

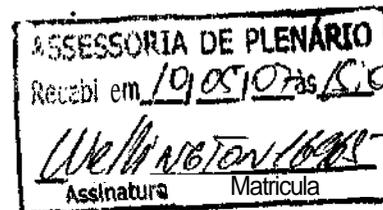
2^a) A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal mantém contrato de prestação ou execução de serviços com a empresa **VIAGENS E TURISMO JOVEM LTDA**, inscrita no CNPJ n.º. 02.596.286.001-49, estabelecida na ADE, conjunto 01, lotes 4/5, Núcleo Bandeirante - DF;

3^a) Em caso positivo, especificar qual o alcance do contrato, os prazos estabelecidos, e o valor despendido semestral e anualmente;

JUSTIFICAÇÃO

A Lei Orgânica do Distrito Federal, no seu art. 60, incisos XVI e XXXIII, dispõe *in verbis*:

Art. 60. **Compete**, privativamente, à Câmara Legislativa do Distrito Federal.
(...)



XVI - fiscalizar e **controlar** os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

(...)

XXXIII - **encaminhar**, por intermédio da Mesa Diretora, requerimento de informação aos Secretários de Governo, implicando crime de responsabilidade, nos termos da legislação pertinente, a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como o fornecimento de informação falsa.

O Regimento interno da CLDF também é claro sobre a competência do parlamentar de fiscalizar os atos do Poder Executivo no seu art, 15, inciso X, *in verbis*:

Art. 15. O exercício do mandato do Deputado Distrital inicia-se com a posse, cabendo-lhe, uma vez empossado":

(...)

X - ter acesso às informações necessárias à fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta e indireta.

No ano de 2005, por ocasião da instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Educação na Câmara Legislativa do Distrito Federal, surgiram diversas denúncias de irregularidades envolvendo contratos entre a Secretaria de Educação e empresas de transportes, inclusive mereceu destaque a matéria jornalística do Correio Braziliense, de 24/11/2005, cujo título era **CPI da Educação apreende documentos em empresas de transporte, verbis**:

“Deputados membros da CPI da Educação da Câmara Legislativa apreenderam nesta quinta-feira documentos de três empresas de transporte com sede no Distrito Federal. Em quatro diligências simultâneas, distritais, policiais civis, e técnicos da Secretaria de Fazenda recolheram computadores, documentos contábeis e faturas das empresas Moura Transporte, Jovem Turismo e Real Expresso.” *(grifonosso)*

O presente Requerimento intenta obter informações junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal necessárias ao esclarecimento de solicitação da **comunidade**, discentes e docentes, preocupadas com a integridade física dos **alunos** da rede pública de ensino.

Sala das Sessões, em

**Deputado CHICO LEITE
PT/DF**

**2 PEQUENO EXPEDIENTE****2.1 COMUNICADOS DE LÍDERES****DEPUTADO REGUFFE, em nome do PDT.**

- Demonstra preocupação com os usuários do transporte público do Distrito Federal, uma vez que não usufruem de um serviço de qualidade,
- Parabeniza o Governador Arruda por enfrentar o problema das vans.
- Julga que as vans e os microônibus deveriam ser serviços complementares do transporte público oficial.
- **Reporta-se** ao transporte público de Santiago do Chile e do Rio de Janeiro: no primeiro caso, a intervenção do poder público levou à recuperação do sistema destruído; no segundo, a omissão levou ao domínio pelo crime organizado.
- Critica a concessão de permissões sem licitação.
- Defende o recadastramento dos motoristas de vans.
- Salaria que a concessão pode ser revogada, uma vez que é prerrogativa do Poder Público.
- Anuncia que vai colher assinatura de parlamentares para o requerimento que pede a abertura de CPI do transporte público do DF.

DEPUTADO BATISTA DAS COOPERATIVAS, em nome do Bloco Parlamentar Progressista Liberal.

- Reporta-se à visita que fez ontem com os Deputados Luzia de Paula e Berinaldo Pontes às QNR 3 e 5 da Ceilândia.
- Anuncia a apresentação de uma indicação em que solicita a construção de um chafariz nessa comunidade.
- Comenta sua vergonha ao ter de fazer essa reivindicação nos dias atuais e na capital do Brasil.
- Manifesta sua estranheza por encontrar nesta Casa papezinhos em que é apresentado o dilema: fiel ou infiel.
- Declara-se fiel ao seu eleitorado.



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

DEPUTADO MILTON BARBOSA, em nome do Bloco Social Trabalhista.

- Refere-se ao discurso do Deputado Batista das Cooperativas e surpreende-se com o estranhamento do parlamentar às plaquinhas nas mesas do plenário.

- Esclarece que o Governador Arruda quer identificar os parlamentares infiéis.

- Julga equivocada a forma de o Governador ou de seus assessores conduzirem o relacionamento político da Casa.

- Salaria que o deputado deve ser avaliado por sua atuação e responsabilidade.

- Acentua que o Governador está ofendendo esta Casa de Leis.

- Desaprova os insultos aos motoristas de vans e defende o respeito aos direitos adquiridos.

DEPUTADO PAULO RORIZ, líder do Governo.

- Expressa seu apreço pelo Deputado Milton Barbosa, mas julga infelizes algumas de suas declarações em relação ao Governador Arruda.

- Afirma que o Governador não tem participado de ações de trocas de cargos para apoio ao Governo.

- Enfatiza o respeito do Governador pela Câmara Legislativa.

- Salaria que o projeto que trata dos transportes coletivos do DF está tramitando na Casa e que será discutido no decorrer da semana.

- Acrescenta que o governo está aberto a negociações.

- Pede ao Deputado Milton que evite críticas pessoais e respeite o Governador.



60

7

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

3 COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Alírio Neto):

- Informa que foi firmado acordo de lideranças para alteração do Regimento Interno, a fim de que os pedidos de abertura de CPI possam ser apresentados com apenas oito assinaturas.

- Comunica que o projeto de resolução com a mudança proposta será apresentado e apreciado amanhã, em sessão extraordinária.

- Apela aos motoristas de vans presentes na Casa que façam menos barulho para não atrapalhar o trabalho dos parlamentares e dos servidores da Embrapa.

- Reitera o apoio da CLDF à luta da categoria e lista ações que a Casa desenvolveu em prol dos permissionários do transporte alternativo.

4 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Berinaldo):

- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro-Secretário, nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro-Secretário

